



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 21 - Nº 384 - DE 06 A 20 DE DEZEMBRO DE 2009 - R\$ 3,00

**Economia: ALERTA AOS TRABALHADORES!
É preciso nos prepararmos
para a retomada da crise!
Erguer nossas reivindicações
contra os capitalistas:
Salário Mínimo Vital e Escala
Móvel das Horas de Trabalho!
Defesa da vida da juventude!**

**Um mar de corrupção mostra
como agem as quadrilhas da
burguesia no Estado.
Convocar os Tribunais Populares
para julgar e punir de verdade!**

**A derrota do PSTU para
o PSol no DCE da USP
e o ascenso da direita no
movimento estudantil**

O que será o “novo” governo de Evo?

**Honduras: “Volta Zelaya” conclui no “ficam golpistas”,
sob as bênçãos de Obama e com a dispersão das massas**

Desequilíbrios pós-crescimento

Em 2007, o PIB brasileiro alcançou 6,1% e não 5,7%, segundo a revisão do IBGE. Trata-se uma taxa de crescimento considerável. Superior a ela, a série histórica constata o PIB de 7,5%, em 1986, momento do lançamento do Plano Cruzado. A título de comparação, a maior taxa alcançada no governo de Fernando H. Cardoso, entre 1995 e 2002, foi de 4,3%.

Em 2008, Lula esperava uma elevação estrondosa, com probabilidade de chegar perto dos 7%. A bancarrota nos Estados Unidos repercutiu no mundo e afetou inesperadamente o Brasil, que teve três semestres seguidos de queda vertiginosa, configurando-se a recessão. Mais de 1 milhão de postos de trabalho foram fechados. No terceiro trimestre de 2009, iniciou-se a retomada, de forma que hoje se espera um crescimento positivo mínimo e reposição dos postos de trabalho, certamente em piores condições.

Um dado relevante no PIB de 2007 é que cresceu a fatia do setor de serviços, de 63% do PIB em 2004, para 66,7%. E diminuiu a participação da indústria, que de 30,1% caiu para 27,8%. Esse indicador revela a forte presença do crescimento do setor bancário e financeiro, o que significa expansão do parasitismo. É bom observar que a violenta ação da crise mundial pouco afetou o setor bancário.

Avalia-se que o Brasil, mesmo assim, não aproveitou bem o empuxo mundial, em razão do baixo investimento produtivo. Em 2008, havia tendência ao aumento, em relação aos anos anteriores, chegando a 19% do PIB. Número que está abaixo da taxa de 24%, atingida no chamado milagre econômico da ditadura militar, na década de 70. Essa comparação tem servido para a oposição ao governo Lula denunciar a baixa con-

tribuição do Estado e o desperdício de valores com gastos improdutivos (funcionalismo, déficit da previdência, gastos sociais assistencialistas – só não contabilizam os custos gigantescos e parasitários do parlamento, judiciário etc.). Ocorre que a fração mais dinâmica e poderosa da economia interna está sob o controle das multinacionais, que planejam segundo cálculos mundiais, aos quais se subordinam os internos de cada país.

Na década de 70, a ditadura elevou às alturas o endividamento externo e o relegou para o futuro. Sob Fernando H. Cardoso, governo de coalizão com DEM (PFL) e PMDB, houve a entrega das estatais e mesmo assim novo salto no endividamento foi dado.

Lula foi eleito quando a estagnação mundial começava a ser superada. Fernando H. Cardoso teve um primeiro mandato voltado a implantar as medidas do FMI. Provocou fechamento de dez milhões de postos de trabalho. Apaziguou os credores com a entrega das estatais. Mas terminou seu segundo mandato em frangalhos. A paridade artificial do Real com o dólar veio abaixo. Um novo regime cambial foi adotado, desvalorizando a moeda nacional. O governo Lula herdou por um ano os reflexos da crise, mas logo contou com uma conjuntura mundial favorável. Valeu-se de sua expansão. Impulsionaram-se as exportações, que trouxeram grande superávit comercial. Abriu-se passagem para o capital especulativo na Bolsa. Os dólares invadiram livremente o país. O câmbio flutuante atendia aos interesses das multinacionais e dos especuladores. O dólar se tornou uma moeda inflacionada mundialmente.

Sob o governo Lula, foi impulsionado o processo de troca de grande parte da dívida externa em dólar

para interna em real. Os credores internacionais previam grande desvalorização do dólar. O PT abandonou a bandeira demagógica de auditoria da dívida externa. Lula garantiu a continuidade do saque. Não há ação do Estado que não esteja na dependência do superávit primário, mecanismo montado pelo FMI que obriga o governo a garantir liquidez para pagar cerca de R\$ 140 bilhões em juros e amortizações.

Desde FHC, a taxa de juros se tornou ascendente – colocando-se entre as maiores do mundo. Apesar do controle da inflação, Lula conseguiu abaixar a Selic em apenas alguns pontos. Continua a violentar o Tesouro e a bloquear os investimentos do Estado e de setores do capital que dependem de empréstimos. Como alcançar 25% do PIB em investimento, valor tido como necessário para garantir um crescimento a ordem de 5% a 6%, se a dívida interna continua a crescer em termos absolutos, apesar da pequena redução em termos relativos ao PIB? E se o Banco Central, comandado pelos banqueiros, mantém a Selic exorbitante?

A crise mundial atingiu os alicerces da política econômica do governo FHC/Lula. Não resultou tão-somente em uma passageira interrupção no crescimento econômico, como parece ser. A retomada no terceiro trimestre deste ano pôs um véu nos estragos que se projetarão no futuro próximo.

As exportações caíram drasticamente no primeiro estágio da crise, com o breque nas compras externas de matérias primas e outras commodities. O reanimamento neste setor não tem sido suficiente para recolocar as exportações nos patamares anteriores. E a possibilidade da China continuar a consumir grandes quantidades de commodities tudo indica ter fôlego curto. Há indícios

de que o incentivo do governo chinês ao crescimento e a queda nas suas exportações incharam setores ligados à construção. Logo mais poderá se manifestar a superprodução e mergulhar a China na crise.

O golpe mais profundo nas exportações brasileiras, certamente, foi dado na venda de manufaturados. A consequência está em que as commodities ultrapassaram-nas. Trata-se de uma indicação dos obstáculos do Brasil sair da condição de exportador de matérias primas e produtos agropecuários. Desde 1978, as mercadorias manufaturadas haviam ultrapassado as commodities. Certos setores da burguesia e seus representantes falam em “desindustrialização”, baseando-se na queda do valor agregado da produção manufatureira de 12,7% entre 1996 e 2002 e de 2003 a 2007. Indicam que quanto mais alta a tecnologia da manufatura maior a queda. E identificam o maciço investimento no setor de commodities, que “cresceram 277% de 1997 a 2008”, enquanto que o setor de manufaturados exibiu 30%. “Dessa forma, a participação dos primários no total dos investimentos saltou de 42% em 1997 para 67% em 2007.” (O Estado de São Paulo, 29/11)

Estima-se que as exportações, neste ano, sofrerão um recuo próximo a 30%. Desde 2003, o Brasil vem recuperando terreno no comércio exterior, perdido em anos anteriores, principalmente sob FHC. Em termos de valor, devido às commodities, o salto foi enorme. Mas essa tendência se restringiu pela crise mundial, que se manifesta na forma de recessão.

O termômetro da retração se encontra nos Estados Unidos, que representa 25% do consumo mundial. O crescimento no terceiro trimestre não despertou grande euforia entre os norte-americanos, que não viram perspectiva de recuperação dos milhões de postos de trabalho destruídos. Elevou-se o nível do desem-

prego para a taxa de 10,2%, a maior nos últimos 26 anos, com possibilidade de chegar a 11%. São cerca de 7 milhões a mais de desempregados, somente em um ano e meio. As exportações brasileiras foram duramente castigadas pela crise nos Estados Unidos: de 15% passaram para 9,5%.

A notícia de que o PIB de 30 países da OCDE deu sinal de fim da recessão também não é promissora. A previsão dos organismos internacionais é de que haverá em 2009 uma queda de 11% no comércio mundial, muito além da estimativa inicial de 7%. A OCDE trabalha com a hipótese de retomada em 2010, mas tímida.

A avaliação predominante entre os economistas do sistema é de que os bancos não estão completamente saneados, apesar de consumirem trilhões em apoio governamental. A retomada dos negócios nas Bolsas e a elevação dos índices acionários resultam da especulação e não de uma arancada da indústria e do comércio.

A queda das exportações do Brasil maior que a das importações reduz o superávit da balança comercial e afeta negativamente a conta corrente, ou seja, a relação entre saída e entrada de dólares. O descenso no crescimento afeta a arrecadação e as contas públicas. A dificuldade de compor o superávit primário aumenta a pressão sobre a dívida interna – os financistas resistirão muito mais a qualquer redução da taxa de juro (Selic). A necessidade de manter as reservas cambiais em alta, causando prejuízo ao Tesouro, é uma salvaguarda limitada aos desequilíbrios. A retomada do crescimento do mercado interno, sem a reanimação do externo, favorece a revoada de capital especulativo. A marcha da desvalorização do dólar em escala mundial aumentará os desequilíbrios das relações comerciais – o Brasil já é um dos mais atingidos.

A mudança dos fatores que esta-

vam na base da política econômica traçada desde FHC e seguidas por Lula indicam que o Brasil ainda está por refletir a crise mundial. A crise que explodiu em setembro de 2008 nos Estados Unidos é distinta das anteriores, por ser mais abrangente e profunda, por indicar que a superprodução chegou ao limite e por exigir uma grande destruição de forças produtivas.

A intervenção do governo subsidiando as multinacionais com isenções fiscais, protegendo a alta lucratividade do capital financeiro nacional e internacional e alimentando o endividamento da população adiou a crise recessiva, interrompendo sua marcha, enquanto na maior parte do mundo a retração perdura. Essa ação vem potenciando os desequilíbrios.

A classe operária deve superar a ilusão de que tudo saiu bem para o Brasil e que os explorados estão garantidos no dia do amanhã. A burocracia sindical e o governo Lula têm feito de tudo para manter as ilusões dos pobres na política burguesa. Esse é o perigo. As ilusões de que o capitalismo é um sistema em desenvolvimento e que o Brasil tem um campo aberto para se projetar mundialmente servem para manter o proletariado desarmado e confiante na burguesia decadente e feroz. A burguesia supera conjunturalmente a crise estrutural do capitalismo sacrificando a vida da classe operária e dos demais oprimidos.

A crise anunciou a necessidade dos explorados se organizarem em torno de um programa próprio de defesa contra os efeitos da crise e de destruição do capitalismo pela revolução social – tomada do poder e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista. A construção do Partido Operário Revolucionário é parte fundamental dessa luta.

DEM, expulsar Arruda?

No dia seguinte da divulgação dos crimes da quadrilha comandada pelo governador de Brasília, José Roberto Arruda, o presidente do DEM, Rodrigo Maia, se mostrou confiante no amigo. No outro dia - com a disponibilização dos vídeos mostrando cenas patéticas do governador recebendo um pacote de R\$ 50 mil, do dono do jornal Tribuna do Brasil enfiando maços na cueca, do Presidente da Câmara Legislativa escondendo dinheiro nas meias e do deputado Júnior Brunelli (PSC) rezando a Deus pela boa safra de arrecadação de propinas, foi que Rodrigo Maia admitiu que Arruda seria expulso do DEM.

A quadrilha ameaçou contar o que sabe dos podres do partido. Talvez por meio da delação premiada. Quem sabe! O prefeito de São Paulo, Kassab, tentou apagar o fogo, com receio de se queimar também (parte dos desvios teria vindo parar na campanha de Kassab).

Os aliados no governo do Distrito Federal correram a se afastar dos postos administrativos: PPS, PSDB e PMDB. Ocorre que a rede de distribuição da propina é ampla. As gravações da PF permitiram seguir a trilha dos sequazes. São deputados do DEM, PMDB, PSC, PSB, PRP, secretários de governo e empresários. Destacam-se secretários perencententes ao PPS e ao PSDB.

Segundo apurações, o secretário de Obras, Márcio Machado, do PSDB, é suspeito de ser mentor do esquema de arrecadação e distribuição do dinheiro. Roberto Freire, ex-PCB, fundador do PPS e metido a ético, consta ser um dos beneficiários das falcatruas.

Em uma das conversas gravadas, o empresário Alcyr Collaço relata que Michel Temer, presidente do PMDB e da Câmara Federal, se valeu do “mensalão” centralizado por Arruda. Com a maior das inocências, Temer recorreu à justiça contra o que diz ser difamação.

A reação do PSDB foi de se afastar imediatamente da metástase e condenar a bandidagem no governo de Brasília. O DEM esperava que o PSDB se pautasse pelas decisões do partido e seguisse

seus passos. Rodrigo Maia lembrou que no caso de corrupção no governo de Yeda Crusius, no Rio Grande do Sul, o PSDB não apurou a corrupção de seus correligionários. Os aliados se atacam mutuamente, cada um procurando livrar a cara da imundice.

Muito bem, Arruda inventou o conto dos panetones para os pobres. A quadrilha que se deixou flagrar por um de seus comparsas, Durval Barbosa, conhecido quadrilheiro da turma do ex-governador de Brasília, Joaquim Roriz, também processado por alta corrupção, vai se so-correr aos meandros da Justiça, povoada de juízes propineiros, gatunos e politiquieiros.

A OAB correu a propor o impeachment. Há seis pedidos nesse sentido. Muitos querem comparecer como pega ladrão. Tremulam a bandeira de ética e cidadania. Mas ninguém quer ou pode mexer na fonte da corrupção e formação de quadrilhas no seio do Estado burguês.

Lula não surpreendeu com sua primeira declaração de que “as imagens não falam por si”. Com essa pérola, o caudilho petista procurou mostra-se um homem de justiça. No fundo, sabe dos riscos de condenar ladrões, fazendo parte de seu meio. Não há partido da ordem que não esteja mergulhado no tráfico de dinheiro, negócios, posições e vantagens pessoais. Não há partido da ordem que não tem ligação com as quadrilhas que habitam o Estado.

A segunda declaração de Lula de que as imagens eram deploráveis serviu para amenizar o escândalo com a explicação de que a causa de tudo está no financiamento de campanha, no caixa 2, bastando, portanto, se aprovar a reforma eleitoral enviada pelo Executivo ao Congresso. Nenhuma reforma política acabará com o poder das quadrilhas.

O Estado é um comitê que gerencia os negócios da classe capitalista em situação de desintegração econômico e social do capitalismo. É nesta função histórica que se encontra a raiz da corrupção, que se torna cada vez mais ampla e corrosiva.

O DEM e o PSDB conseguiram desbarrancar o primeiro mandato de Lula com a bandeira de investigar o “mensalão”, mas esse ficou de pé e ganhou um segundo mandato, arrastando as massas, sem que estas entendessem o sentido da podridão na política de seus exploradores. O PSDB, no entanto, foi o progenitor da quadrilha de Valério. Arrasta-se na Justiça o processo contra Eduardo Azeredo. O caso de Yeda Crusius foi escandaloso e nada aconteceu. Agora, explode a sujeira nas fileiras do DEM.

Os partidos mais bonzinhos e simpáticos, como o PV e PPS, têm seus vasos linfáticos tomados pelo câncer.

O PMDB é uma escola do crime contra o dinheiro público. Serve de exemplo para os demais.

Expulsar Arruda do DEM? Nada mudará na ordem das quadrilhas. Rodrigo Maia diz que o DEM investiga e pune suas ovelhas negras. Na verdade, faz um expurgo para manter a quadrilha encoberta.

As massas oprimidas carregam nas costas a casta de parasitas que vive luxuosamente do trabalho alheio, da pobreza e miséria da maioria. Mostram-se, não obstante, submetidas, sem o seu partido, ainda em construção – o POR.

Não há como consertar o Estado e seus partidos. É necessário varrê-los por meio da revolução social, que será proletária pelo programa e pela classe que a dirigirá.

Os explorados acumulam experiência com os partidos da burguesia. Cabe à vanguarda trabalhar as reivindicações, desenvolver o programa de tomada do poder e expropriação da burguesia e organizar uma fração revolucionária no seio da classe operária e dos demais oprimidos. A corrupção da burguesia e seus representantes será combatida por um Tribunal Popular, contraposto à instituições do Estado burguês. Será extinta com a extinção da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade coletiva, socialista.

PSOL, em busca de novo aliado

Heloísa Helena, presidente do PSOL, deixou claro no II Congresso do partido que não aceitava ser candidata a presidente da República. Definiu seu rumo: voltar ao Senado pelo estado de Alagoas. Mas havia outra razão – a saída do PT da ex-ministra do governo Lula, Marina Silva, a filiação no PV e o lançamento a candidata presidencial. Heloísa declarou, sem pestanejar, que o PSOL deveria apoiar a ambientalista no seu novo habitat.

Frente ao NÃO de Heloísa, a ala esquerda minoritária ficou a ver navios e teve de engolir a manobra de que a questão ficaria para uma futura Conferência Eleitoral. Até lá, a direção do partido está com as mãos livres para negociar a aliança com o PV. Nesse ínterim, as aventadas candidaturas de Plínio Arruda Sampaio e Milton Temer ficarão de molho. Por cima, a direção do PSOL confabula com os verdes.

Recentemente, a imprensa noticiou o interesse do PV trazer para a copa rósea da Marina o PSOL. Heloísa Helena daria um toque de ética e moralidade na campanha de Marina. Lembremos que o chefe do PV, o deputado Fernando Gabeira, que parecia um santo redimido do passado foquista, ex-integrante do MR-8, foi denunciado de corrupção. A Marina que jurou defender o ecossistema até debaixo de fogo capitulou perante as multinacionais dos transgênicos. São coisas da política burguesa e da democracia capitalista.

Heloísa, não! Nada foi provado contra ela no caso Antonio Carlos Magalhães. O PSOL nasceu de uma ruptura com o PT sob a reputação de sustentar a ética. O PV teria assim um sol límpido a iluminá-lo. É o que pensam Gabeira e Zequinha Sarney. Heloi-

sa, por sua vez, se acomodaria sob a sombra de Marina, beberia na fonte do ecologismo, ainda que impura. Teria a vantagem de se desligar da Frente de Esquerda do PSTU.

PSTU, desamparado

Embora nas eleições de 2006 foi o PSTU quem seguiu o PSOL, deve passar na cabeça de Heloísa e de seus companheiros que não foi um bom negócio. O PSTU se aproveitou do carisma pequeno-burguês da ex-petista e ainda por cima disse ter emprestado um programa revolucionário à candidatura da Frente. A ala majoritária do PSOL não gostou da sociedade em que entrou com os milhões de votos obtidos por Heloísa e em troca recebeu um programa confeccionado na oficina do PSTU. Os espertos da Frente de Esquerda esfregaram as mãos. Um programa que o PSOL não precisou defender, mesmo que reformista, rendeu-lhes uma tribuna eleitoral que Zé Maria não tinha como armar.

A esperança do PSTU era reproduzir a façanha em 2010. Mas tudo indica que não vai dar. A ala esquerda do PSOL é débil e uma boa parte parece ser um passageiro inconveniente que pegou carona na hora da separação do PT. O PSTU espera ganhá-los todos e fortalecer o centrismo. Mas eleitoralmente é uma perda para os morenistas. A Frente de Esquerda é constituída com esse fim. Faz parte do arsenal tático, extremamente flexível, do centrismo. O problema está em que, para aplicá-la, é necessária uma corrente que se coloque no campo centro-esquerdista e que tenha ascendência eleitoral, bem como possa contribuir materialmente para o êxito da campanha.

Depois da exclusão do PT, já no

formato de um novo partido, os morenistas exortaram os petistas a constituírem a tal frente. Não houve eco, o PSTU lançou candidatura própria e no segundo turno chamou os trabalhadores a votarem em Lula. O nascimento do PSOL possibilitou a aplicação da tática morenista em 2006, embora no segundo turno a candidata da Frente, Heloísa Helena, e seu partido tenham chamado o voto em Lula, e o PSTU, desta feita, a anulação.

Caso a aproximação do PSOL com o PV se confirme, restará ao PSTU o PCB. Os estalinistas renovados aceitarão ficar sozinhos com os trotskistas renovados, ou seja, com os revisionistas do trotskismo? Temos de aguardar, pois o desfecho está difícil de prever.

Qual é o caminho?

Entendemos que a força eleitoral de um partido marxista deve ser expressão de sua organização na classe operária com o programa da revolução e ditadura proletárias. Adaptar-se às eleições e à democracia burguesa para construir o partido é um desserviço ao proletariado.

O POR considera que seria progressivo uma frente que unisse as correntes que se reivindicam do marxismo para usar as eleições como tribuna de denúncia do capitalismo, da política burguesa e do imperialismo, de defesa das reivindicações das massas e propaganda da estratégia da revolução proletária. O objetivo é revolucionário, e a tática de intervenção nas eleições a ele estaria condicionada. Ao contrário de uma frente oportunista, enfeitada de socialismo abstrato, trataria-se de uma frente de combate. Essa via o PSTU sempre rejeitou, porque não traz votos em abundância.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Erradicar ou amenizar o racismo e a discriminação?

Há três visões e posições sobre o racismo e a discriminação sobre o negro. Uma afirma existir igualdade racial perante a lei e que os casos de discriminação são pontuais, ainda que com incidência significativa. Outra que o país necessita de uma legislação voltada à igualdade racial. E uma terceira que identifica o racismo como consequência da sociedade de classe, ou seja, do capitalismo, assim deve ser erradicado.

Nos últimos anos, principalmente sob o governo do PT/Lula, o conflito tem sido travado entre aqueles que se apoiam na tese de que não se justifica uma legislação específica e os seus defensores – o movimento pelas ações afirmativas. A posição de que a opressão racial tem de se traduzir em um programa de liquidação do capitalismo é embrionária. A razão está em que a classe operária carece de seu partido revolucionário.

Não por acaso, a posição contrária às ações afirmativas vem de parte dos partidos da burguesia, no caso específico sobre as cotas. E a de que ao Estado burguês cabe reparar o passado de escravidão negra e estabelecer a igualdade entre negros e brancos, na atualidade, corresponde à política do reformismo, encarnada pelo PT e esquerdizada por algumas correntes.

O embate tem sido favorável às ações afirmativas, se considerarmos que a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial na Câmara Federal é um passo decisivo para a política dos reformistas frente à questão racial no Brasil. Certamente, estava há anos engavetado e ainda depende da aprovação no Senado. Para passar na Câmara houve negociações, de forma a amenizar aspectos, como o das cotas. No Senado o afunilamento poderá acontecer.

Mas entendamos, a vitória ou semi-vitória não passa do plano formal legislativo. Lembremos do Estatuto do Menor e Adolescente – no essencial permanecem todos os problemas que afligem a criança e a juventude nascidas em berço pobre. O destino do Estatuto da Igualdade Racial será o mesmo. Podemos afirmar com tanta certeza porque quem o aplicará é o mesmo poder bur-

guês que mantém e alimenta a discriminação racial. E, principalmente, porque o Estatuto expressa medidas paliativas e algumas reacionárias do ponto de vista das necessidades da classe operária e da sua política – a exemplo da cota no trabalho mediante isenção de impostos para o capitalista empregador.

A discussão sobre aspectos discriminatórios demonstrou: 1. Há doenças típicas da cor negra, que não são tratadas especificamente na rede pública de saúde; 2. O acesso de negros na universidade, em certas profissões e atividades é restrito; 3. O contingente da população negra que vive em favela, cortiço ou sem moradia é gigantesco; 4. As religiões de origem africana são discriminadas; 5. A juventude negra pobre sofre a discriminação em vários aspectos sociais, destacando-se a violência policial; 6. Entre os desempregados, a maior parte é de negros; 7. Os salários mais baixos e aviltantes recaem sobre os trabalhadores negros.

Com o Estatuto da Igualdade Racial, acredita-se que se está no caminho de alcançar igualdades entre brancos e negros. A euforia é tanta que se considera a eleição de Obama um sinal de mudança internacional. O mesmo ocorrendo com a eleição de um indígena, como Evo Morales, na Bolívia. Ressaltam-se a inclusão da beleza negra na publicidade, os cabelos black power nas passarelas de Paris e a Tais Araújo como estrela principal da novela *Viver a Vida*. Acrescenta-se ainda a maior presença de negros nas universidades por meio das cotas.

Ao lermos esses exemplos no Boletim da Consciência Negra, da Apeoesp, vemos o quanto se tem mistificado sobre a conquista de igualdade racial. O capitalismo tem interesse em valorizar a autoestima dos negros, reivindicada pelo movimento de classe média. Há comércio para isso. Camufla-se a discriminação. Obscurecem-se suas raízes de classe.

A burguesia descobriu ser vantajoso incluir no reino da classe média uma parcela da população negra. Notem que, no Brasil, seguem-se os passos dados nos Estados Unidos. Tanto

lá quanto aqui, a opressão sobre a maioria negra explorada e pobre, que são proletários, continua bárbara.

Um exemplo radical: na África do Sul, a burguesia branca continua a ditar a política do governo negro, as discriminações permanecem mais ou menos disfarçadas e a maioria negra passa fome, a ponto de se criar a discriminação contra os negros não sul-africanos, acusados de tomarem os seus postos de trabalho, vendendo sua força de trabalho mais barata. Depois de tanta luta contra o apartheid, instalou-se um governo burguês negro que mantém a opressão de classe e o racismo velado.

E o caso Obama? Um político vindo da classe média negra que passou a servir a burguesia branca monopolista e imperialista. Os Estados Unidos incentivam o racismo contra os árabes.

Não podemos aceitar a farsa de que estamos conquistando a igualdade racial com cotas, direitos religiosos etc., como consta no Estatuto. A escravidão serviu de base para implantar o capitalismo no Brasil. Esse sistema de exploração da força de trabalho permitiu a acumulação primitiva de capital e a constituição de uma burguesia interna.

O fim da escravidão se deu com o amadurecimento das premissas econômicas do capitalismo. Os negros escravos se tornaram os primeiros proletários. Os imigrantes italianos completaram o quadro de estruturação da classe operária. Durante muito tempo, poucos negros ascenderam à classe média.

Essa foi a base econômica, social e histórica da vergonhosa tese das raças fortes e fracas que se manifestou na segunda metade do séc. XIX, que contraditoriamente vamos encontrar inclusive em um escritor como Euclides da Cunha, em *“Os Sertões”*. Hoje, ninguém ousa defendê-la, mas permanece como parte da ideologia dominante. Enquanto o capitalismo sobreviver e a burguesia comandar a sociedade, nenhum silêncio e nenhuma rejeição acadêmica abolirão a tese da superioridade da raça branca.

O poder sobre os meios de produção dá à burguesia, que deita suas raízes no trabalho escravo, os meios para

sustentar o racismo e a discriminação. Não por acaso existem outros tipos de discriminações direcionadas aos miseráveis brancos, aos camponeses migrantes nordestinos e aos índios.

A idéia de que se pode erradicar essa opressão democratizando o Estado, a política, o judiciário, a escola, a religião, a cultura etc., por meio de leis de inclusão social, é uma farsa burguesa, alimentada por uma política pequeno-burguesa.

Defendemos perante os trabalhadores e a juventude oprimida:

1. Eliminação imediata das distinções salariais entre negros e brancos criadas pelos capitalistas empregadores; emprego a todos implantando a escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas nacionais entre todos aptos ao trabalho); fim da discriminação na contratação.
2. Por um salário mínimo vital, calculado pelas assembléias dos trabalhadores, de acordo com a necessidade de uma família de quatro pessoas, hoje no valor de R\$ 3.500,00.
3. Nenhum jovem fora do trabalho e

da escola; combinação da jornada de trabalho com a jornada nos estudos (quatro horas na produção e o restante para o estudo e lazer). Fim da matança de jovens pela polícia e da discriminação policial contra o jovem negro. Acesso direto a todos à universidade, fim do vestibular e fim de quaisquer discriminações escolares contra os estudantes negros. Fim do sistema privado de ensino (estatização sem indenização, sob controle de quem estuda e trabalha).

4. Acesso a todos à saúde pública. Tratamento e pesquisa de doenças que se manifestam particularmente nos organismos de seres humanos de cor negra. Expropriação da rede particular da saúde e criação de um sistema único, sob o controle da população.
5. Expropriação revolucionária da grande propriedade privada dos meios de produção e transformação em propriedade coletiva. Controle operário da produção. Entrega das terras aos camponeses pobres. Fim da sociedade de classe. Fim de todo

racismo e discriminações. Construção de uma sociedade sem classe, formação de um homem novo, que deixe para trás toda forma de opressão e ódios sociais.

6. Constituição de um governo operário e camponês, assentado na maioria explorada e que conduza à derrocada da burguesia e do capitalismo. Um governo que responda ao poder da classe operária, a ditadura de classe do proletariado, oposto à ditadura de classe da burguesia. Um governo de democracia da maioria explorada e de transição para a sociedade sem classe, comunista, em que o Estado seja extinto e com ele toda forma de opressão e repressão de classe.
7. Unir trabalhadores negros e brancos - operários e camponeses pobres, setores oprimidos da classe média urbana - sob o programa de emancipação da classe operária.

A discriminação é consequência da sociedade de classe. **Abolimos as classes e teremos o fim da odiosa opressão racial!**

Rondônia

As mentiras da Cartilha “Meu Peixe” aos operários da construção da usina Santo Antonio no rio Madeira

A cartilha apresenta a velha conversa fiada de que os patrões estão fazendo a partição nos lucros das empresas. Querem iludir o trabalhador e arrastá-lo para produzir cada vez mais. Assim, a cartilha do Consórcio Santo Antonio Civil (Andrade Gutierrez/Odebrecht) – intitulada “Meu Peixe” - apresenta na capa um cardume de peixes. Isso depois da morte de toneladas de peixes, que foram recolhidos e enterrados. Sequer a imprensa pôde esconder tamanha destruição ambiental, divulgando que foram 17 toneladas.

O conteúdo da cartilha chama os operários a se comprometerem em convencer uns aos outros de que terão “Grana Extra Garantida”, por meio do Programa de Participação dos Resultados – PLR.

O boletim Nossa Classe da Regional Rondônia tem denunciado a mentira, com o objetivo de expor o funcionamento da exploração capitalista. A concentração de riqueza nas mãos dos patrões e a miséria crescente dos trabalhadores é inerente ao sistema de exploração do trabalho. O PLR é uma artimanha a mais para extrair mais-valia do trabalho dos operários.

O informativo nº. 2 do **NOSSA CLASSE, dirigido aos operários das usinas de Santo Antonio e Jirau trouxe o seguinte conteúdo:** “Vivemos em uma sociedade capitalista - onde ela se divide em classes, dentre elas estão os burgueses (os empresários) e os operários. A classe dos burgueses, que usa da imprensa, escolas etc, necessita mascarar a realidade. Por isso, diz que não vivemos em uma sociedade classista (dividida por

classes sociais), para esconder que estamos em lados opostos (operários x burgueses). Justamente porque quem produz a riqueza são os operários, enquanto os burgueses ficam com os lucros (tempo de serviço não pago).

Os operários das usinas

Os operários da construção das usinas recebem salários de fome. Os donos das empreiteiras, que estão com a concessão, ficarão com a maior parte do bolo. Ou seja, um pequeno grupo ficará com bilhões de reais e os operários, que de fato produzem, ficarão com os salários miseráveis. Essa é uma lei do capitalismo. No capitalismo, os patrões lucram com o suor da classe operária.

É preciso transformar a sociedade em que vivemos

A classe operária não pode se calar diante das mentiras patronais. A luta contra a exploração do trabalho tem o seu ponto de partida na defesa do salário mínimo vital, ou seja, o que é necessário para uma família de 4 pessoas viverem. Esse valor deve ser calculado pelos operários e não uma imposição do governo e da classe burguesa.

Camaradas operários: O boletim Nossa Classe trabalha para pôr em pé *um partido operário, que luta pela transformação da sociedade capitalista e pela implantação da sociedade socialista, onde não há a exploração de uma minoria sobre a maioria. Não temos a intenção de barganhar votos para eleição, pelo contrário, lutamos contra o eleitoralismo dos politiquinhos.*

Apagão: o descaso das empresas privatizadas

O apagão na noite do dia 10/11 atingiu os Estados do Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, além do Distrito Federal. Depois de todo esse tempo ainda se discutem as causas do apagão: uns alegam que o problema foi de geração e que ocorreu na hidrelétrica de Itaipu, outros que não há problema de geração de energia e sim de transmissão com a interrupção de três linhas entre o Paraná e São Paulo: duas entre as cidades de Ivaiporã (PR) e Itaberá (SP) e uma entre Ivaiporã e Tijuco Preto (SP), sendo assim a culpa seria de Furnas que é responsável pelo sistema de transmissão.

Mas o que ninguém discute é que houve uma grande queda no nível de qualidade do setor após as privatizações na área.

A privatização e a quebra do setor

A privatização do setor elétrico brasileiro foi uma verdadeira doação às multinacionais (ao imperialismo), fez parte da segunda etapa do Programa Nacional de Desestatização (PND). Este programa se iniciou no governo Collor e, em sua primeira etapa, foram realizadas as vendas de empresas do setor industrial. A segunda fase do programa englobou a transferência de empresas de serviços públicos ao setor privado. E entre elas o setor elétrico.

A inserção do setor elétrico no PND deu-se em duas fases: inicialmente foram incluídas no programa as distribuidoras do Sistema Eletrobrás, em junho de 1992, em várias etapas. Posteriormente, em maio de 1995, foram incluídas as empresas de geração, com exceção de Itaipu e das usinas nucleares. Foram concedidos generosos incentivos públicos (via BNDES ou créditos fiscais) para a compra das unidades de produção de eletricidade instaladas, e que até hoje não foram pagos.

No ano de 1990, o investimento em energia foi equivalente a 80% do montante destinado a investimentos em infra-estrutura econômica. Estes dados indicam a importância do setor de energia na economia nacional. Mas, em 2000, os investimentos foram reduzidos a um quarto do que eram no início dos anos 90. A insuficiência dos investimentos do setor evidenciou-se em 2001 pela necessidade de estabelecer o racionamento de energia elétrica. (Vide Tabela)

Setor elétrico

| Ano | US\$ bi | % PIB |
|------|---------|-------|
| 1990 | 8,8 | 2,40 |
| 1991 | 5,7 | 1,52 |
| 1992 | 4,9 | 1,18 |
| 1993 | 4,5 | 0,99 |
| 1994 | 3,9 | 0,66 |
| 1995 | 4,2 | 0,68 |
| 1996 | 4,0 | 0,59 |
| 1997 | 4,8 | 0,56 |
| 1998 | 5,4 | 0,60 |

Fonte: Ipea (2000), Investimento em infra-estrutura econômica, 1990-1998

Quebra da Mão-de-Obra

As empresas privatizadas buscam incessantemente maiores lucros. Para aumentar a sua margem de ganho, realizaram redução de custos, por meio de modificações em sua estrutu-

ra (como redução de departamentos), acelerado processo de terceirização de atividades, implantação de novas tecnologias (por exemplo, o SAP, um software de gerenciamento empresarial) e o fechamento de escritórios de atendimento ao público. Todas estas medidas tiveram impacto sobre o emprego, a renda e as condições de trabalho no setor. Sendo assim, a privatização do setor iniciou um novo ataque à condição de vida dos eletricitários. Passaram a ter de lidar com as cooperativas, os serviços terceirizados, o banco de horas, a escala de revezamento, Planos de Demissão Voluntária e nível de emprego.

O nível de emprego no setor elétrico teve uma queda de 42% no âmbito nacional (vide tabela), entre 1989 e 1998, principalmente por causa da racionalização administrativa e do processo de terceirização. No Estado de São Paulo, esta queda foi de 38%, no mesmo período. A redução no nível de emprego no setor elétrico após as privatizações afetou o perfil dos trabalhadores em termos de antiguidade e de rendimentos. Em São Paulo, a AES Eletropaulo tem aplicado uma administração de opressão e terror contra os trabalhadores, foram 18 mil demissões e um arrocho brutal do salário e das condições de trabalho. Os novos contratados passaram a ganhar bem menos e aumentou a rotatividade.

Número de empregados no setor elétrico em 31/dez

| | São Paulo | Brasil |
|-------------------|-----------|---------|
| 1989 | 49.165 | 209.378 |
| 1994 | 46.607 | 188.208 |
| 1998 | 30.470 | 121.903 |
| Varição 1989-1994 | -5% | -10% |
| Varição 1994-1998 | -35% | -35% |
| Varição 1989-1998 | -38% | -42% |

Fonte: DIEESE (1999): Linha Eletricitários/Eletrobrás/SIESE

A conta vai para a população assalariada

Ocorreram, como se previa desde o início, como consequência das privatizações, reajustes tarifários anuais, mas não houve ampliação significativa na capacidade de geração e distribuição, a privatização não resultou numa modernização expressiva dos serviços prestados à população, isto é, não contribuiu para uma maior cobertura e qualidade no fornecimento de energia elétrica. Os preços ao consumidor, por sua vez, subiram consideravelmente, especialmente após a desvalorização do Real. Quem recebe o impacto das tarifas brutais são os assalariados, os pobres e as camadas baixas da classe média.

Recentemente o Jornal "O Estado de São Paulo" noticiou que as tarifas de energia elétrica estão bem acima de seu valor real causando um prejuízo aos consumidores da ordem de 10 bilhões de reais nos últimos 10 anos. Essa montanha de dinheiro foi rateada entre as empresas privatizadas. Isso confirma o grau de relação entre o imperialismo e as semicolônias.

A tarefa que se coloca é a de recuperação das estatais por meio da reestatização e controle operário coletivo. Os trabalhadores do setor elétrico têm um importante papel na luta contra o controle das multinacionais e do grande capital nacional sobre os ramos fundamentais da economia. Há que expressar o programa da classe operária de expropriação do grande capital e sua transformação em propriedade social.

4º Conferência da APEOESP reafirma o colaboracionismo da direção

Mais do mesmo

Três dias de Conferência do maior sindicato do país, mais de 2000 delegados, problemas como desemprego, arrocho salarial e péssimas condições de trabalho: aí estavam os elementos para realizar um poderoso encontro dos trabalhadores da educação, que organizasse a mobilização para o próximo período e formulasse o plano de lutas contra os governos.

No entanto, não foi isso que ocorreu.

Mais uma vez, sob direção dos petistas, a 4ª Conferência Estadual da APEOESP foi correia de transmissão das políticas governamentais. Mais uma vez, o encontro de professores serviu como palanque para deputados e representantes do governo defenderem a mercantilização da educação. Mais uma vez, serviu como passeio para a pequena burocracia sindical esbanjar o dinheiro dos filiados. Mais uma vez, e com toda a força, demonstrou-se o grau de estatização do sindicato perante o governo federal, de Lula.

Primeiro dia

O credenciamento já impunha aos delegados os grupos e as discussões das quais participariam. Apoiando-se numa suposta “escolha aleatória do sistema informatizado”, cada delegado era “carimbado” com um número a partir do qual seria obrigado a participar dos grupos temáticos. Atrás da “neutralidade” dos números, havia a imposição política de impedir que os delegados circulassem livremente pelos grupos de discussão, impossibilitando dessa forma que as correntes minoritárias tivessem participação em todos os grupos.

Depois do credenciamento e a hospedagem em hotéis luxuosos, aos quais os professores com seus salários de miséria normalmente não podem ir, ocorreu a discussão em plenária geral do Regimento da Conferência e as duas mesas com “figurões” ligados à diretoria.

Três pontos ressaltam o autoritarismo da organização. Um ligado a não defesa das contribuições (teses) que cada corrente política escreveu para a Conferência, o outro ligado a impossibilidade de os delegados discutirem nos grupos as questões que achassem pertinentes (tendo de participar dos grupos temáticos ligados aos “números” do credenciamento) e, por fim, o corte de 20% “necessário para que uma proposta defendida nos grupos fosse votada na plenária final.

Embora a Oposição tenha se unificado em torno desses pontos, Articulação, ArtNova e CSC aprovaram o regimento burocrático como bem entendiam. Nesse momento, toda

a conferência mostrou-se antidemocrática e oposta a necessidade de organizar os trabalhadores.

As mesas que ocorreram em seguida serviram para a direção afirmar a política de Lula. A primeira, ligada à questão do Pré-Sal, serviu aos petistas reproduzirem o discurso oficial de que uma parte (pequeníssima) que não ficar para a burguesia internacional e nacional talvez possa ser revertida para os serviços sociais. Nossa intervenção, circunscrita a três minutos, orientou-se pela defesa da estatização e do controle operário, que se opõe à posição pró-imperialista do governo. A segunda mesa tratou do financiamento da educação. Nessa não houve intervenção da plenária e tinha como objetivo defender a política de fundos (FUNDEB) e a política educacional do governo Lula.

Segundo dia

Os grupos de discussão foram também engessados pela participação de “especialistas” sobre cada um dos assuntos debatidos. O objetivo era impedir que os delegados e as correntes oposicionistas tivessem tempo de debater de forma aprofundada as reivindicações e as bandeiras da categoria. Apesar disso, conseguimos defender e aprovar algumas propostas nos grupos.

Entre as resoluções que pudemos defender, destacam-se: a) o fim da rede privada através da estatização sob controle dos trabalhadores; b) que os trabalhadores da educação discutam e deliberem sobre as verbas para educação, nenhuma ingerência dos governos sobre o ensino; c) contra a farsa da escola inclusiva, de classe, defesa de uma nova escola que será fruto de uma nova sociedade saída da Revolução Socialista. No plano de lutas, defendemos na íntegra nossa proposta de: a) independência da APEOESP/CUT frente aos governos; b) rechaço às reformas neoliberais de Lula e FHC; c) defesa da aliança dos trabalhadores do campo com o proletariado urbano; d) defesa do fim do capitalismo, através da Revolução Proletária.

Por prevalecer o burocratismo e a despolitização, a maior parte dos professores rejeitou as propostas da Corrente Proletária, bem como do restante da Oposição. A direção majoritária aprovou tudo o que queria. Reafirmou a defesa do FUNDEB, do PDE, do PROUNI e a reforma do Ensino Médio, a partir do projeto federal de “Ensino Médio Inovador”.

Definiu-se aí com clareza a posição que a burocracia defenderá nos próximos anos. Mais ataques do governo virão e a direção colaboracionista não mobilizará a categoria para lutar contra as reformas.

Prefeitura**Sábados, PCCS e reenquadramento: Só com uma direção de luta no Sindiute é possível reverter o quadro!**

Depois da derrota da Greve de 2009, cuja responsável maior é a direção traiadora do Sindiute, os professores tiveram não apenas de engolir reajuste zero como vários sábados para recuperar aula. A lei do Piso Salarial (11.738/08) questionada pelos governadores em dois pontos (1/3 de hora atividade e o valor do piso definido provisoriamente como remuneração ao invés de salário base) passou pelo STF, que manteve intacto o artigo referente à jornada do professor que, segundo esta lei, não deverá ultrapassar 40h semanais.

Que a Prefeitura cumpra a lei e reduza a jornada para 40h semanais

Todos sabemos que Fortaleza é a única capital onde os professores trabalham acima dessa jornada (48h semanais) e que a nossa última greve visava derrotar a prefeita Luzianne Lins/PT que insistia em não acatar a lei. A mesma lei do piso estabelece que dia 31/12 é a data limite para que os estados e prefeituras adaptem o PCCS (o nosso existe desde 2007) à lei Piso Salarial que estipula aquela jornada de 40h. A aplicação da lei do piso, reduzindo nossa jornada de 48 para 40h no município, significaria ficar semanalmente um dia fora de sala de aula para atividade de planejamento (como já ocorre com a rede estadual e outras

redes municipais no interior do estado). Essa redução da jornada, que ainda é muito pouco perante as necessidades reais do magistério (já que deveria ser de 50% em sala e 50% fora dela) só será possível, entretanto, com o ingresso de mais professores efetivos na rede para suprir a carência que ficará aberta com esta redução da jornada. Este é exatamente o ponto espinhoso, já que a Prefeitura do PT se recusa a incorporar os professores substitutos à rede (ou seja, dar-lhes estabilidade) e o concurso que fez, para preencher as lacunas de falta de professores, foi um completo engodo: pouco mais de 1260 vagas quando a carência é pelo menos 4 vezes essa quantia.

Abaixo a farsa do concurso, pela redução da jornada para 20h e efetivação de todos os temporários

O concurso ofertou 15 vagas para geografia, 15 para história, pouco mais de 60 para português, o que está longe de cobrir a carência nas regionais. Os candidatos que fizeram a prova foram proibidos de copiar o gabarito e correm denúncias de que substitutos apadrinhados foram postos na 2ª fase ao mesmo tempo que candidatos que tiveram boa nota foram eliminados. Este concurso, que precisa ser anulado pelos professores, é mais uma prova de que não será

por meio de concursos que a categoria conseguirá estabilidade e emprego. Isto só virá com a escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada para 20h para dar emprego a todos e efetivação dos professores substitutos).

É possível confiar na direção do Sindiute?

A categoria precisa pressionar e acompanhar a adaptação do PCCS ao PISO, inclusive para corrigir o absurdo roubo institucionalizado que é o enquadramento incorreto feito pela Prefeita, que impõe perdas de até R\$ 400,00 para os professores. É preciso não esperar um minuto sequer e organizar imediatamente a luta pela redução da jornada e correção das distorções do PCCS, com devolução de todo o atrasado. Mas, tal luta não tem como ser empreendida por aqueles que foram os responsáveis pelo fracasso do nosso último movimento. Estes que são exatamente os que se intitulam direção do Sindiute e têm colaborado com a Prefeitura já que são do mesmo partido (PT) de Luizianne. Esta direção fraudulenta já demonstrou para todos como se pode levar um movimento forte, como foi nossa greve, a uma derrota fragorosa. Nenhum confiança nesta direção. Fora esta diretoria do Sindiute! Fraudulenta e traidora!

Governo Cid não concedeu a progressão horizontal de 2009 ao magistério estadual

A implantação do PCR/Plano de Cargos e Remuneração (Lei 12.066/93) possibilitou ao magistério estadual a Progressão Horizontal, mas somente depois de 13 anos saiu o decreto 28.304/06, que estendia a progressão para 100% dos docentes de acordo com os critérios. Esta regulamentação e o benefício foram garantidos por meio da greve contra o governo Lúcio Alcântara/PSDB em 2006.

Já o governo Cid Gomes, para fazer média junto aos professores e recompensar o apoio eleitoral dado pelos governistas da APEOC (Penha, Anísio e Cia.), concedeu a progressão horizontal em 2007. Porém, para a progressão de 2008, foram necessárias duas greves (outubro de 2008 e abril de 2009) para que a categoria efetivasse esse direito já regulamentado em lei. Por fim, os traidores da APEOC querem agora semear

a ilusão entre os professores de que por meio de negociação de cúpula, pressão parlamentar etc o governo vai ceder a progressão. Pura enganação! A Corrente Proletária na Educação/POR, alerta a categoria: se não ocorrer uma grande mobilização, paralisações, passeatas, atos públicos (no Palácio Iracema) e enfrentamento com o governo Cid não teremos a implantação da progressão horizontal.

Depois da fraude nas eleições, diretoria biônica do Sindiute impõe fim da democracia nas assembleias

Não é mais novidade nenhuma para a categoria a enorme fraude ocorrida nas eleições para o Sindiute, que beneficiou a Chapa 1 (Juntos Somos Fortes, atual diretoria). A Corrente Proletária na Educação/POR, participou do processo eleitoral compondo a Chapa 4. Esta, logo que ocorreu a fraude, denunciou a comissão eleitoral e a Chapa 1 e junto às demais chapas prejudicadas (chapas 02 e 05), atuou na campanha de coleta de abaixo assinado para a convocação de uma assembleia da categoria para discutir a fraude. A Corrente Proletária vem agora prestar contas à categoria do resultado desta campanha. Foram coletadas quase 300 assinaturas de professores indignados com a fraude eleitoral e, como estabelece o Estatuto do Sindiute, foi convocada uma assembleia para o dia 12/11 (Praça da Bandeira). Para a surpresa geral, a direção biônica do Sindiute, com total apoio da chapa 3 (Conlutas), boicotou esta assembleia e convocou outra para o dia 19/11 (Sintsef) com

o objetivo de esvaziar esta do dia 12/11 e facilitar posteriormente o desconhecimento de seu resultado. Nesta assembleia do dia 12/11, boicotada, portanto, pela Chapa 1 (PT/OT) e 3 (Conlutas), os trabalhadores em educação presentes, embora em reduzido número, votaram pela impugnação do processo eleitoral.

Na outra assembleia do dia 19/11, as 3 chapas que se recusaram assumir a direção do sindicato, devido à fraude, compareceram para tentar abrir a discussão com a categoria. Nesta Assembleia estava previsto um ponto de pauta sobre as eleições, mas a base foi impedida de falar. Este ponto foi reduzido a um simples informe da presidenta da Comissão Eleitoral, Sra Maria Ozaneide de Paulo, até bem pouco tempo diretora do Sindiute e indicada da Chapa 1 para fazer um trabalho de fraude nas eleições, que se colocou a disposição para tirar todas as dúvidas. Ironicamente, esta mal terminou de dizer inverdades sobre o processo eleitoral, a direção fraudada

do Sindiute encerrou a assembleia sem permitir que qualquer membro da base pudesse falar. Eis aí as práticas da Chapa que se diz direção do Sindiute! Tal postura obrigou os integrantes das chapas que foram prejudicadas na fraude a denunciarem na assembleia de viva voz e a plenos pulmões a farsa daquela gestão no que foram insultados pelos representantes da chapa fraudadora. E tudo isso ocorria com o silêncio cúmplice da chapa 3 (Conlutas), que de luta só tem o nome.

A fraude é a arma das burocracias sindicais para se conservarem no poder, mas não é a única. A mutilação das assembleias como organismos de luta e debate é outra importante arma para preservar o poder dos burocratas que estão ali à serviço da Prefeitura e do governo Lula/PT. Que a base rechace tal diretoria! Fora os vendidos e burocratas governistas de nosso sindicato! Sindicato é pra luta! Abaixo a fraude, novas eleições já!

Eleições ao DCE da USP: PSol vence direita por pouco; PSTU fica em terceiro

As eleições ao DCE da USP tiveram o seguinte resultado:

Para transformar o tédio em melodia (PSol) – 2500
 Reconquista (Direita) – 2445
 Nada será como antes (PSTU) – 1868
 Todo carnaval tem seu fim (PCB) – 1602
 Poder estudantil (MNN e POR) – 390
 Respeitável público (independentes) – 172
 Amanhã vai ser outro dia (PT – O Trabalho) – 121
 Oposição e luta (PCO) – 49
 Brancos – 41
 Nulos – 126
 Total: 9314 votos

Ressaltam a pequena margem de votos que deu a vitória ao PSol e a fraca votação do PSTU.

O PSTU ganhou as eleições no ano passado contra a gestão do PSol. A campanha se apoiou nos setores mais conservadores dos estudantes. E a sua gestão procurou expressar o refluxo do movimento estudantil em 2008. Pretendeu se apresentar como uma direção que obtinha conquistas através da negociação. Freou todas as tentativas de setores estudantis que aspiravam a luta. Sabotou a ocupação da sede reformada do DCE, negociando com a reitoria as licitações dos espaços estudantis e uma porcentagem sobre elas, além

de descumprir sistematicamente as decisões das assembleias e se negar, inclusive, a fornecer a chave do local à comissão designada pela assembleia. Na campanha salarial dos funcionários e professores, defendeu posições contrárias à greve, utilizando até o apoio dos estudantes mais conservadores, convocados a votar nos horários de intervalo das aulas. Só se colocou em favor da greve após a entrada da polícia na USP, após a votação da greve na assembleia dos professores e após vários cursos (FFLCH, ECA e Educação) já terem se decidido pela greve. Ou seja, quando a greve já tinha se imposto. Em todos esses momentos, teve sempre o PSol ao seu lado, juntamente com o PCB.

Após a greve, o PSTU convocou a assembleia da ANEL na USP, que teve pouco sucesso (vide balanço no Massas 381). Sua atuação na escolha do reitor da USP iniciou-se com um acordo com o Sintusp ao redor da anti-candidatura de Chico de Oliveira e da defesa da Estatuinte, mas logo fracassou ao ver essa política rechaçada na assembleia geral de estudantes da USP. Acabou virando mais um fracasso da gestão.

É importante destacar também o retrocesso do PSTU nos CAs da Física (em que era direção e nem mesmo montou chapa) e no maior curso da USP, Letras (perdeu para o PSol).

Ainda assim, o PSTU conseguiu organizar a maior chapa para a disputa do DCE. Fez uma campanha que mudou com-

pletamente de conteúdo em relação à de 2008. Apresentou-se como uma gestão de luta e mobilização, e fez campanha pela ANEL contra a UNE governista. Ou seja, sua campanha se construiu em franca contradição com a campanha do ano passado e sua gestão. Resultado: viu sua base eleitoral migrar em grande medida para o apoio à chapa da direita.

Quem era a direita

A chapa Reconquista foi organizada por estudantes que atuaram ativamente contra a greve estudantil deste ano. Organizaram-se com base nos piores preconceitos dos estudantes mais conservadores, a começar pelo apartidarismo. Para integrar a chapa era preciso assinar uma declaração de apartidarismo e de nenhum vínculo com partidos, inclusive no futuro. Teve apoio explícito do jornal "O Estado de S. Paulo", que lhe deu espaço e ampla cobertura jornalística. Apresentou propostas anti-mobilização, como a do voto por e-mail para decisões coletivas dos estudantes, em substituição às assembleias. Sua base de votos se concentrou nas unidades mais conservadoras. Seu caráter de direita não é adjetivação de adversários, é expressão concreta de sua prática, de suas propostas, de seus apoiadores, de sua ideologia.

Temos visto o crescimento de movimentos organizados de estudantes de direita nas universidades. Uma direita que, diante dos movimentos, antes se calava e se escondia no individualismo, agora começa a agir de forma mais organizada e enfrenta as mobilizações, organiza chapas para os DCEs etc. Esse fenômeno tem suas raízes fora da universidade. Houve nos últimos anos um crescimento da classe média, que foi acompanhado de uma forte campanha da burguesia, na escola e nos meios de comunicação, ao redor das idéias do individualismo, do privatismo, do elitismo, do prêmio ao mérito etc. A ausência de uma tradição revolucionária e a adaptação das esquerdas reformista e centrista a esses setores (mudança do discurso para não perder votos) facilitou o trabalho da classe dominante. Formou-se todo um setor da nova geração que tem como características a assimilação das idéias direitistas e a debilidade cultural. Esse é um terreno fértil para o florescimento das posições conservadoras.

O fato dessa chapa quase ter ganho as eleições ao DCE mostra a falência da gestão do PSTU, que procurou sempre evitar o choque contra esses setores conservadores e se apoiar eleitoralmente neles. Foram esses mesmos setores que varreram o PSTU da direção do DCE.

O fiasco do PCO

O PCO foi uma das forças que convocou a plenária de oposição para se formar uma chapa frentista. Sua conduta foi a de lançar um ultimato à plenária de que o programa deveria se constituir a partir de um acordo entre as correntes, repudiando qualquer possibilidade de votação de propostas. A manobra visava a colocá-los numa posição mais confortável para a ruptura. Depois de atrair bastante as discussões, rompeu com o restante da oposição e concorreu com chapa própria (ver balanço no Massas 383). Resultado: teve 41 votos. Poucos dias antes, concorreu ao centro acadêmico de Letras, e teve 10 votos. Mostrou que sua política não tem nenhuma expressão entre os estudantes.

Uma gestão que assume sob suspeita

Os 55 votos de diferença que o PSol obteve contra a direita significam metade de um por cento do total. É preciso levar em conta que a urna da Faculdade de Economia e Administração (FEA) foi impugnada. Essa urna é reduto direitista. A impugnação feita é polêmica. Na urna da Engenharia Civil, Escola Politécnica, também base da Reconquista, havia várias assinaturas feitas antes dos estudantes votarem, e com a mesma letra. Essa urna, porém, foi apurada. A Reconquista acusou de fraudadas as urnas de São Carlos, base do PSol.

A comissão eleitoral se defende das acusações com base no estrito cumprimento do regimento eleitoral. Mas, cumprida a formalidade, é bem possível fraudar o resultado da eleição criando situações que levem à impugnação. O que coloca a eleição sob suspeita não é a pequena margem de votos em si, mas o questionamento acerca de urnas que poderiam alterar o resultado, e, principalmente, o motivo que as levaria à impugnação: lacres violados (FEA) e assinaturas falsas (Poli-Civil).

A chapa que integramos, "Poder Estudantil", não assinou a ata de apuração justamente pelos fortes indícios de fraude apontados, que devem ser apurados e julgados por uma assembléia geral de estudantes, que deve indicar uma comissão independente para apurar as denúncias e apresentar os fatos à assembléia.

Uma direção minoritária

Cerca de um entre quatro estudantes que votaram nas eleições apoiaram a chapa vencedora. Ela assume com três quartos de votos contrários à sua gestão. A gestão majoritária (na que a mais votada dirige sozinha o DCE) sempre pode acabar constituindo uma gestão minoritária entre os estudantes. Somente a direção proporcional (a que se forma com a participação proporcional de todas as chapas concorrentes) é que pode expressar o conjunto dos estudantes. Enquanto a gestão do DCE continuar majoritária, teremos direções eleitas com pouco mais de 20% dos votos, que frequentemente entrarão em contradição com as decisões das assembleias, onde atua o conjunto da vanguarda. Ninguém deve estranhar que a futura direção não se apóie nas assembleias para dirigir o DCE.

A atuação da Corrente Proletária

O POR respondeu ao chamado das correntes de oposição à gestão do PSTU e participou das plenárias para a formação de uma chapa de oposição (ver balanço no Massas 383). Defendeu seu programa e os métodos de debate e deliberação próprios da democracia estudantil. Atuou em conjunto com o MNN e independentes da chapa na campanha, sem deixar de publicar seu próprio boletim, em que aponta as diferenças com o maioria da chapa e faz a defesa do programa junto aos estudantes.

Os 390 votos que a chapa conquistou refletem a dificuldade de penetração do programa revolucionário, proletário, no meio estudantil. O partido pequeno burguês reformista (PSol), e mesmo o centrista PSTU, ainda conseguem atrair grande parte da vanguarda estudantil. Será a luta concreta que desenvolverá a consciência coletiva dos estudantes da necessidade de encarnarem na mobilização a política proletária. Essa é a tarefa que cabe ao POR.

USP: Fora o interventor Rodas!

O novo reitor da USP, João Grandino Rodas, ex-diretor da Faculdade de Direito, foi nomeado pelo governador Serra (PSDB) à revelia da maioria (os que estudam e trabalham) e da própria burocracia universitária dirigente, que indicou Glaucius Oliva. É a primeira vez que ocorre desde a ditadura militar. É de se perguntar por que a burocracia universitária, que é correia de transmissão do governo e do poder econômico no interior da universidade, não chegou num consenso com o governador; ou então por que o governador Serra não referendou o nome indicado pela casta burocrática que o expressa no interior da universidade.

Todos os candidatos da burocracia expressavam em linhas gerais as mesmas políticas: privatização, elitização, ensino a distância, repressão, internacionalização, terceirização, arrocho salarial, submissão ao governo, apoio às fundações etc. Onde estavam as diferenças? Em detalhes, mas que acabaram decidindo o destino da indicação.

Glaucius Oliva era o candidato das fundações. Defendeu na campanha maior liberdade de ação para as fundações. As fundações são controladas pela cúpula da burocracia universitária das unidades a que estão vinculadas. Movimentam fábulas de dinheiro, sob a legenda da USP. Professores recebem até dez vezes mais que seus salários na USP.

Serra tentou estabelecer um controle sobre elas, em 2007. Um de seus decretos era justamente para submeter as fundações ao controle governamental. Para Serra, não se trata de combater as fundações, mas de desviar parte de seus recursos para seu controle. Dessa forma, podem ser usados em substituição a recursos estatais, que por sua vez seriam então desviados para outros fins, de acordo com a vontade do governo. Está aí a contradição entre Glaucius e o governo: Serra rechaçou sua indicação com o propósito de aumentar o controle governamental sobre as fundações. Ou seja, privatizar ensino e pesquisa, mas sob controle estatal. Pouco tempo atrás, vimos o mesmo choque ocorrer ao redor da implantação da Univesp (ensino a distância): os burocratas das universidades não queriam submeter o novo filão de exploração do ensino ao controle do governo.

Rodas era o candidato do governo: apóia as fundações e foi o redator do termo que abriu as portas da universidade à intervenção policial. Mas quer que essas mesmas fundações estejam sob controle do governo, através de um setor da burocracia universitária. Agiu repressivamente quando dirigia a Faculdade de Direito, mas sabe que a iniciativa política está nas mãos da reitoria, diante do movimento enfraquecido pela incapacidade de responder à repressão, pela divisão e pela política conciliadora das direções. Posa agora de conciliador, convoca todos à negociação e diálogo. Ao mesmo tempo, desqualifica

as organizações sindicais e estudantis, abrindo a possibilidade de negociação com “outros representantes”.

Serra poderia ter indicado Glaucius e pressionado a burocracia universitária submissa a colocar em prática suas políticas. Mas preferiu indicar um interventor, de forma a exercer a pressão de dentro e de cima da estrutura burocrática.

A tendência é que a questão da regulamentação das fundações ganhe importância no próximo ano. A disputa interburocrática colocará a questão. Os movimentos terão de agir, levantando a bandeira do fim das fundações e da real autonomia universitária, aquela em que os que estudam e trabalham decidem sobre o orçamento necessário e ao Estado cabe disponibilizar os recursos. Para alcançá-la, o primeiro passo é por em pé a unidade na luta: a assembléia geral universitária, que reúne os três setores e rompe o corporativismo das direções sindicais e estudantis.

O combate ao interventor do governo deve levar ao confronto com a burocracia universitária que o sustenta no interior da universidade. Somente uma política independente das frações da burocracia universitária pode construir um movimento de combate real à ingerência do governo e poder econômico sobre a universidade.

O grande problema colocado é que a direção do movimento estudantil está nas mãos da frente PSTU/PSol. Se antes o PSTU dirigia o DCE e encontrava apoio do PSol nas assembleias, agora o PSol é quem se apoiará no PSTU para fazer valer as propostas de submissão dos estudantes aos professores e de conciliação com a burocracia universitária, que no próximo período devem se refletir na defesa da estatuinte. Se, até agora, essas direções mostraram-se incapazes de fazer frente à burocracia universitária, que tem imposto as políticas privatistas, elitistas, de tomada dos espaços e de repressão, não será contra o interventor que se mostrarão capazes de defender as reivindicações dos que estudam e trabalham. O movimento estudantil precisa se levantar, em contradição com essas direções, a partir de suas necessidades mais sentidas, utilizar os métodos próprios da luta de massa e sua organização correspondente (assembleia geral universitária). Somente assim terá condições de ultrapassar os limites impostos pelas atuais direções, romper o corporativismo e avançar rumo à real autonomia universitária, que só poderá existir de fato a partir da soberania das decisões dos que estudam e trabalham. A tarefa de destruir o poder da burocracia autoritária e da intervenção do governo e poder econômico sobre a universidade está nas mãos do movimento estudantil, que terá a força suficiente para tal se se aliar aos explorados em sua luta contra os exploradores.

Fortaleza - CE: Boletim Rodoviários em Luta - Reproduzimos abaixo trecho do boletim

É preciso organizar a luta na categoria

Os rodoviários saíram da última campanha salarial (2009) com reajuste de 8% oferecido pelos empresários (Sindionibus). O reajuste era parte de um acordo em que se pretendia justificar o aumento de passagem para R\$ 1,80 e aumentar os lucros dos patrões às custas do sofrimento da população. Além do povo pobre, os motoristas, cobradores e demais trabalhadores rodoviários têm suas condições de vida atacadas pelos donos de empresas. Além de trabalhar com apenas 4 folgas no mês, os salários continuam rebaixados sendo apenas pouco maior que 2 salários mínimos e um vale refeição de míseros R\$

5,00 por dia! A hora normal é de apenas 3,01 para os cobradores e o adicional noturno é outra miséria: apenas 0,60 centavos! O que significa que os que trabalham madrugada a dentro, prejudicando seu estado físico, ganham apenas 3,61 por hora trabalhada. Quanto à exposição à violência nem é preciso dizer que trabalhar nos ônibus é há muito uma profissão de risco e que não há nenhuma gratificação de insalubridade ou por local perigoso.

Todos estas denúncias mostram que é preciso se organizar e construir uma oposição de luta já!

PCdoB vai à luta armada

No Massas 383, dando continuidade à avaliação do período da luta armada do período de 60 a 70, retomamos a cisão do PCB e a formação do PCdoB e avançamos a análise da crise do estalinismo, bem como a definição da nova organização pela luta armada.

No Manifesto-Programa de fundação do PCdoB, reconhece-se a inviabilidade do caminho pacífico da revolução e define-se por “ações revolucionárias” para a conquista do poder. A direção do partido avaliava que havia um forte descontentamento das massas e que a oligarquia latifundiária e pró-imperialista não estava tão forte quanto aparentava. Assim, poder-se-ia utilizar de várias formas de luta legal e sindical, mas que a principal se concentrava nas “ações revolucionárias”.

Notamos que não há preocupação em dar o conteúdo à luta armada, que como tal não é mencionada no Manifesto de 1962. A idéia básica era de que estava colocada a conquista de um governo popular, ao qual se incluía a fração burguesa não latifundiária e monopolista e o qual seria o resultado de uma grande frente que abarcava os oprimidos e os patriotas da burguesia e da pequena burguesia. Como se vê, não se tratava de uma revolução proletária, mas nacional e democrática. As “ações revolucionárias” se destinavam a concretizar a estratégia da revolução democrático-burguesa.

O estalinista PCdoB conservava a posição pequeno-burguesa da revolução protagonizada pelas massas populares em aliança com setores da classe capitalista que supostamente estavam em contradição com a fração dominante oligárquica e entreguista concebida pelo PCB. Certamente, fazendo adaptações. O Manifesto expressava tão-somente a rejeição de que tal estratégia poderia ser alcançada pela via pacífica.

É importante considerar o momento em que foi escrito. A crise política que resultou na renúncia de Jânio Quadros, em 1961, deu lugar ao governo nacionalista de João Goulart, que procurou conciliar interesses diversos e mesmo contraditórios da fração nacionalista, dos camponeses e da fração oligárquica. A divisão interburguesa cresceu, sem que o débil governo pudesse administrá-la, quebrando o ascenso das massas e atendendo as exigências do imperialismo. O PCB se comprometeu com as reformas de

base de Goulart. E o PCdoB, em oposição à saída reformista e pacífica, não sabia o que fazer. Não havia justificativa para a luta armada, prenunciada por uma fração dirigente das Ligas Camponesas.

João Amazonas, Diógenes Arruda e outros arquitetos do PCdoB não estavam sob pressão de acontecimentos que os lançassem à formulação teórica e à adoção da luta armada. Cerca de um ano e meio depois, sobreveio o golpe militar, provocando uma mudança radical na situação política. Como enfrentar uma ditadura que pôs fim ao governo de João Goulart, que prometia as reformas de base e que não se identificava inteiramente com o imperialismo? Estava assim o PCdoB de frente com a questão prática da luta armada. A via das reformas pacíficas que tanta esperança criou na esquerda havia fracassado. Em seu lugar, instalou-se a ditadura pró-imperialista e defensora da oligarquia dominante. Era chegada a vez do caminho da luta armada, conclusão que não foi de autoria particular do PCdoB, mas que abrangeu a maior parte da esquerda.

Em 1961, sob a influência da Revolução Cubana e das posições do castro-guevarismo, surgiam no Brasil posições de luta armada. Poucos meses depois, em abril de 1962, foi criado o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), tendo como principal cérebro Francisco Julião – colocava-se o pressuposto de uma reforma agrária conquistada pelas armas, caso não fosse possível pelo parlamento.

O MRT constituiu o embrião da luta armada no campo, movido não pela tendência de combate dos camponeses dirigidos à guerrilha, mas pela teoria do foco armado. Ao governo João Goulart coube a tarefa de ser o primeiro a combater a tentativa de organização de luta foquista em regiões do Nordeste, de Goiás e Mato-Grosso. Bastou que se prendesse Clodomiro Moraes, organizador militar das Ligas, quando transportava um carregamento de armas, no Rio de Janeiro, para tudo vir abaixo.

O PCdoB não será influenciado pelo foquismo castro-guevarista, mas pelas formulações de Mao Tsé Tung sobre a guerrilha camponesa. No seu nascimento, o PCdoB, apesar de acusar o revisionismo do PCUS, ainda continuava a achar que a União So-

viética marchava para o comunismo – uma cegueira total frente ao processo de restauração, que se acelerava. Os estalinistas ortodoxos não podiam e não queriam ver que as críticas a Stálin, lançadas pela camarilha de Krushev, tinham por base o adiantado processo de restauração capitalista. O fundamental está em que o rompimento institucional no Brasil, as pressões entre as esquerdas de resistirem à ditadura por meio da luta armada, a nova etapa do colaboracionismo do PCUS e o conflito sino-soviético levaram o PCdoB a dar um passo decisivo para novas formulações e ações.

Em junho de 1966, realizou-se a VI Conferência Nacional. Seu documento: “União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista”. Referindo-se ao Manifesto-Programa, considerava-se que foi um grande acerto a rejeição da via pacífica e a elaboração estratégia do governo popular-democrático e do caráter nacional, agrário e anti-imperialista da revolução. A novidade, agora, está no conteúdo dado à “ação revolucionária”. No ponto 13 do documento, afirma-se: “A luta revolucionária em nosso país assumirá a forma de guerra popular”.

O que levou Amazonas e seus camaradas a saltarem de uma formulação vaga sobre a ação revolucionária do Manifesto-Programa, quatro anos depois, para uma tão decidida e absoluta?

Temos a resposta nos seguintes pontos: 1. As “lutas libertadoras dos povos da Ásia, África e América Latina”; 2. Avanço da “luta armada pela emancipação nacional” “em nosso continente”; 3. Fortalecimento da “China e outros países em ritmo acelerado.” 4. Experiência das Ligas camponesas no Brasil; 5 “Correntes políticas, como a chefiada por Leonel Brizola, passaram a defender um caminho revolucionário.”

Em resumo, no plano internacional, crescia a luta antiimperialista, via de regra na forma de luta armada pela emancipação nacional, a exemplo da guerra do Vietnã. A China se projetava contra a conciliação da União Soviética com o imperialismo. Na América Latina, a luta armada estava em ascensão. No plano nacional, uma parcela dos nacionalistas decidiu-se pela resistência armada e se destacava a presença do movi-

mento camponês, organizado pelas Ligas.

É bom observar que o documento da VI Conferência não faz menção a Cuba. O PCdoB se manteve equidistante do castro-guevarismo e procurou se apoiar no maoísmo. Veremos que o castrismo e o maoísmo foram fontes de divisão da esquerda armada. Observamos que o PCdoB identificou no guevarismo o foquismo e a negação do partido, embora não seja explícito no documento.

Eis uma das formulações: “Voltar-se para as massas é questão decisiva. A revolução é obra de milhões de homens do povo e não de pequenos grupos de revolucionários. Mesmo quando a luta armada se inicia com pequenos destacamentos de combatentes, ela tem de contar com o apoio das massas e conquistar a adesão de correntes populares.” A primeira parte parafraseia Lênin, mas a segunda faz concessão ao foquismo. Os foquistas defendiam que os pequenos destacamentos, uma vez a luta armada iniciada, atrairia as massas, sua ação seria apenas um estopim. Evidentemente, estamos diante de uma ambigüidade do documento da VI Conferência.

O mesmo não se verifica na seguinte formulação: “A guerra popular é o caminho para a emancipação dos povos oprimidos nas novas condições do mundo. É a maneira atual de enfrentar e derrotar os opressores. Não é o caminho clássico da greve geral política e da insurreição nas cidades tal como ocorreu na antiga Rússia, mas o da luta armada que, paulatinamente, vai-se estendendo até abarcar a maioria do povo. No curso da guerra popular, as greves gerais e os levantes nos grandes centros poderão surgir. Não constituirão, no entanto, a sua característica dominante. As forças armadas populares, inicialmente débeis, crescem e tornam-se fortes e superiores às do adversário. Por mais dificuldades que defrontem, por mais derrotas parciais que sofram, sua tendência será a de se ampliar, fortalecer e vencer o inimigo. Sendo parte integrante do povo, têm nele a fonte de sua invencibilidade.”

Para não deixar dúvida sobre a posição foquista do PCdoB, transcrevemos mais uma passagem: “A concepção de guerra popular pressupõe intenso trabalho político entre as massas. Implica a necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de base de apoio no campo. Envolve a compreensão de que os camponeses pobres e os assalariados agrícolas constituem o grosso das forças armadas populares, que o cenário

principal do choque armado é o interior do país e que a luta será dura e prolongada.”

O documento considera que houve alterações na realidade do capitalismo (“novas condições do mundo”), de forma que a insurreição proletária nos centros urbanos pertence ao passado da Revolução Russa. Essa posição trata não da expressão de uma nova realidade, mas da negação das leis da revolução proletária, identificadas e teorizadas por Marx e Engels e desenvolvidas por Lênin e Trotsky.

Ao transpor artificial e mecanicamente a experiência da guerrilha chinesa, os estalinistas brasileiros adentraram no foquismo. Transformaram a guerrilha que levou a revolução na China à vitória em tática foquista. A justificativa é a de que a revolução não será dirigida pelo proletariado por meio de métodos próprios da luta de classe que levam à insurreição e à guerra civil contra a burguesia. A formulação de que pequenos grupos de combatentes ligados aos camponeses e proletários agrários introduzirão a luta armada e que esta ganhará proporção de guerra popular prolongada é antimarxista e de base subjetiva.

O subjetivismo é tão pertinaz que dá a certeza de que “por mais derrotas parciais que sofram, sua tendência será a de sempre se ampliar, fortalecer e vencer o inimigo” ou, então, que os pequenos grupos inicialmente débeis se tornarão fortes e superarão o poder armado da burguesia.

Cabe ainda ressaltar que, no seu antimarxismo, o PCdoB atribuiu ao camponês a tarefa de força motriz da revolução. Em seu maoísmo, os estalinistas concebem que o programa da revolução nacional e democrática começará no campo e terminará na cidade. A guerrilha deveria ser preparada em toda parte, mas sua implantação será entre os camponeses.

A irresponsabilidade dos dirigentes do PCdoB é evidente. Não explicam o lugar das classes na revolução, não dão as razões para a afirmação de que o “caminho clássico da greve geral política e da insurreição nas cidades já não se aplicam “nas novas condições do mundo” e não fundamentam que novas condições são essas que tornaram o camponês nos países capitalistas semicoloniais em coluna vertebral da derrocada armada da burguesia latifundiária, monopolista e imperialista.

O baixo nível teórico e as deformações do marxismo-leninismo são assombrosos. No tópico “Derrotar o Revisionismo e Fa-

zer Avançar a Revolução, o PCdoB coloca quatro tarefas: 1. “Combater e desmascarar o revisionismo contemporâneo. Denunciar como falsas as teses de unidade com os partidos revisionistas e a posição intermediária da contenda ideológica. (...)”; 2. “Refutar as concepções que negam ou defendem sua substituição pela frente única revolucionária. Apontar o trotskismo e suas variantes como elementos a serviço da reação e do imperialismo”; 3. Intensificar o estudo do marxismo-leninismo e da realidade brasileira e superar concepções dogmáticas. Estudar os materiais que combatem o revisionismo contemporâneo, particularmente os do PC da China. (...)”; 4. Educar o partido no espírito do internacionalismo proletário.

João Amazonas e seus camaradas fracassaram em todas elas. Não puderam desmascarar o revisionismo do PCUS e do PCB apenas pela correta rejeição da “via pacífica”, uma vez que o PCdoB descambou para o foquismo e operou a substituição do proletariado pelo campesinato. A acusação de que o trotskismo está a serviço da reação e do imperialismo não passou de reprodução da infame difamação espalhada por Stálin, assassino de Trotsky e de centenas de militantes bolcheviques. Estudar o marxismo-leninismo para superar o dogmatismo não foi além do palavreado, nada no documento da VI conferência tem a ver com o socialismo científico de Marx e Lênin. Estudar as posições do PC da China, como se expressassem a luta contra o revisionismo, no caso o do PCUS, que rebaixou Stálin da condição de restauracionista esquerdista a ditador sanguinário, demonstrou o tremendo oportunismo e a falta de norte dos dirigentes dos estalinistas brasileiros. Educar no espírito do internacionalismo proletário é um deboche até mesmo à militância de formação política mediana. O PCdoB não foi capaz de romper com o nacionalismo pequeno-burguês do PCB. Seus dirigentes assistiram Stálin liquidar a III Internacional, primeiro formulando posições programáticas opostas às dos Quatro Primeiros Congressos, dirigidos por Lênin e Trotsky, e depois a extinguindo organizativamente.

A experiência do Araguaia

De todos esses aspectos, no entanto, o que mais evidenciou o antimarxismo e antileninismo do PCdoB foi a negação teórica e prática de que a revolução não mais se daria pela via da greve geral política e da insurreição e que a tarefa era a de criar pequenos grupos de combatentes entre os camponeses

para organizar a guerrilha e formar o exército popular. Os estalinistas ortodoxos fraudaram a mecânica da Revolução Chinesa e transformaram, num passe de mágica, a forma histórica da guerrilha em foco. A denominada “Guerrilha do Araguaia” – dizemos denominada, porque não passou de foco armado – evidenciou a política pequeno-burguesa aventureira, dirigida por João Amazonas e seus velhos parceiros do estalinismo.

Por mais que se reconheça a valentia e o heroísmo dos quadros que enfrentaram a repressão da ditadura militar e que tombaram com as armas em punho, não há como obscurecer que o Araguaia foi um desastre causado pelo estalinismo. Posta em prática a concepção de que pequenos grupos armados se fortaleceriam entre os camponeses, que confluíam para a revolução urbana, evidenciou-se a falácia.

Em 1972, quando estavam formados os três destacamentos e treinados nas selvas do Araguaia, sul do Pará, prontos para aplicar o adestramento tido na China por um grupo de militantes, a luta armada urbana já estava derrotada. Mesmo assim, a direção do PCdoB não foi capaz de reconhecer a impossibilidade de pequenos grupos armados levantarem os explorados contra a ditadura. Estava claro que o governo militar havia ganhado estabilidade e que as massas haviam se retraído sob a ação do terror do Estado. O último feito foi calar o movimento estudantil, em 1968.

Ocorre que os estalinistas ortodoxos entendiam que a guerrilha não começava nos centros urbanos e atribuíam às derrotas uma orientação política incorreta e à concepção foquista. Enquanto os agrupamentos foquistas urbanos – o principal deles a Aliança Libertadora Nacional (ALN) – realizavam ações de expropriações, sabotagem, ações

demonstrativas e terrorismo individual, o PCdoB preparava-se para a “guerrilha” rural desde 1966, tendo por orientação as teses da VI Conferência.

Em 1967, um primeiro quadro do PCdoB se instalou no Araguaia. O cerco, os assassinatos, as prisões e o desbaratamento da ALN, VPR, MR-8, Polop etc não abalaram em nada as convicções da direção do PCdoB, convencida que estava da sua mais nova aquisição maoísta – a “guerra popular prolongada” originada no campo.

O “Diário da Guerrilha do Araguaia”, “Relatório sobre a Luta no Araguaia”, depoimentos e documentos – mas sobretudo a capacidade de enfrentamento dos militantes frente às duas primeiras campanhas do exército – indicam que não faltou uma boa organização e que não houve improvisação. Os embates começaram em abril de 1972 e encerraram em abril de 1974. Portanto, os três destacamentos, centralizados por uma Comissão Militar, resistiram por dois anos ao cerco formado por milhares de militares, altamente armados e orientados pela ditadura Garrastazu Méndez de não deixar sobreviventes. De cerco em cerco, de combate em combate, a reação foi liquidando um a um, restando poucos sobreviventes.

As técnicas e operações de guerrilha foram úteis para resistir por algum tempo à ofensiva do exército e impor-lhe baixas, mas não houve propriamente uma guerrilha no Araguaia. Os destacamentos não estiveram imersos nas massas camponesas e estas ficaram à margem da luta armada entre o exército e o PCdoB. Os 69 militantes que tinham a missão de iniciar a “guerra popular prolongada” não tiveram como fazer o trabalho político e organizativo entre os camponeses, agiram como bons assistencialistas enquanto

puderam. Não havia lutas camponesas que levassem os oprimidos às armas.

Assim que a ditadura descobriu a organização do foco armado no Araguaia, a Comissão Militar orientou-se para o combate, sabendo do isolamento de seus quadros perante os camponeses e sabendo da derrocada da luta armada nos centros urbanos. Não teria como vingar a tentativa de arregimentação da população oprimida pelos latifundiários por meio da ação política.

O PCdoB lançou um programa de reivindicação assinado por uma desconhecida “União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo” (ULDP). Procurava, assim, tornar-se conhecido da população, chamar-lhe a atenção e colocá-la em favor de uma guerrilha que não existia como tal.

A confusão entre guerrilha e foco se tornou tão grande que um dos militantes declarou no “Diário da Guerrilha do Araguaia”: “Isto aqui, de certa forma, é um foco, uma chama brilhante que se acendeu na região do Araguaia. Mas que nada tem a ver com o foco fidelista. Neste, os combatentes pretendem arrastar atrás de si as massas passivas. Nós pensamos diferente. Acreditamos no povo e achamos que só tem futuro a luta de sólida base popular. (...)”

A diferenciação não tem o menor sentido, nem prático, nem teórico. Trata-se de subjetivismo assombroso. Com o qual estavam municiados os quadros que tinham a missão de desencadear a guerrilha, desenvolver a guerra popular prolongada e organizar o exército popular da revolução antilatifundiária, anti-monopolista e anti-imperialista.

No Massas 385, discutiremos as cisões que deram origem à Ala Vermelha e ao Partido Comunista Revolucionário.

CURSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE – POR A EXPERIÊNCIA DA LUTA ARMADA FOQUISTA NO BRASIL – PARTE I

Estudo coletivo dos documentos políticos das organizações de esquerda foquista das décadas de 1960-1970 – As Cisões do Estalinismo

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PCB

Em uma série de artigos trataremos das principais idéias e conclusões discutidas durante o *Curso de Formação Permanente*. Iniciaremos o primeiro com a análise das cisões ocorridas no PCB e

que originou o PC do B.

Como fontes de análise, utilizamos seu *Manifesto-Programa* de fevereiro de 1962 e as idéias expressas no documento *União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista* de junho de 1966, organizadas pelos historiadores

Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, no livro *Imagens da Revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*.

Contexto Histórico

Em âmbito internacional este período é marcado pelo endurecimento

da Guerra Fria e, conseqüentemente, a influência da política dos EUA e URSS em vários países.

Na Ásia, após a Revolução Chinesa (1949) há o primeiro levante contra o jugo imperialista na Coreia (1953) e no Vietnã (1965); na América Latina a Revolução Cubana (1959). Estas revoluções irão influenciar sobremaneira os rumos das seções do Partido Comunista da União Soviética que, neste período encontrava-se sobre o controle absoluto do stalinismo.

Neste período, há uma forte influência na orientação política estratégica do PCB após a revelação, por Nikita Khrushchev, dos crimes cometidos pelo stalinismo. Fato já divulgado por Trotsky em seus escritos na década de 30.

Além disso, no XXI Congresso do Partido Comunista Soviético fica aberto o caminho da restauração capitalista, orientando os partidos comunistas de todos os países a seguirem de braços dados com o inimigo, isto é, a política de **coexistência pacífica** com o imperialismo, rumo ao “socialismo”.

Neste sentido, os anos 60 demarcam a falência do PCB. Esta orientação irá abalar profundamente os alicerces do nacional-comunismo brasileiro. Ao mesmo tempo avança a penetração do capital imperialista no Brasil e na América Latina, através da implantação de multinacionais e com o aval da débil burguesia nacional. Os movimentos políticos reivindicam, ao governo de Jango Goulart, as Reformas de Base e as ligas camponesas radicalizam na luta pela reforma agrária. É nesse contexto que o PCB sofrerá sua primeira cisão, dando origem ao PC do B. Logo após o golpe militar de 1964, a esquerda-nacionalista irá se jogar no foquismo, a luta armada, que irá aniquilar importantes lideranças políticas e valorosos militantes.

Documento 1: Manifesto-Programa (1962)

Neste documento o PC do B expressa que é “impossível resolver os problemas fundamentais do povo nos marcos do atual regime”, como a reforma agrária. Defende que somente as reformas de base propostas por setores políticos não são suficientes para resolver tais problemas e que, neste sentido, há a necessidade de se impor um novo re-

gime “antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, que expresse as forças sociais em ascensão no país”. Neste sentido propõe a aliança entre os vários setores progressistas (operários, camponeses, intelectuais, pequena burguesia urbana, pequenos e médios industriais e comerciantes) para juntos afastarem as classes dominantes e fundarem um governo popular revolucionário.

Defende que “só a luta revolucionária dará ao povo um novo poder”, orientado as “massas populares” a utilizarem todas as formas de luta para esse fim, com apoio de “todos os movimentos democráticos e patrióticos”. Enfatizando que “só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão o poder ao povo”.

No entanto, mantém seu viés nacionalista e de aliança com os setores da burguesia progressista ao defender que “um governo popular revolucionário defenderá a indústria nacional. (...), confiscará os capitais e as empresas dos grandes capitalistas brasileiros que estiverem aliados aos imperialistas norteamericanos. Isso indica que aqueles que não estiverem aliados, ou seja, a burguesia nacional exploradora será poupado do confisco.

Documento 2: União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista (1966)

Dois anos após a implantação da ditadura militar, fica nítida a influência da Revolução Chinesa (Maoísmo) e da Guerra do Vietnã (1965-1974), pois revela a defesa dos “movimentos de libertação nacional, da democracia e do progresso social”. Convoca novamente o povo ao enfrentamento com o imperialismo e a classes dominantes nacionais, caracterizando a situação internacional como de falência do capitalismo e elevação das lutas nacionais.

Orienta para que as massas utilizem todas as formas de luta (legais e clandestinas) para atingir seu objetivo, dando ênfase na organização da auto-defesa, principalmente dos camponeses. Resgata os “feitos” do PCB de 1935, 1950 e 1964, deixando claro que são referências “para o povo conquistar a vitória”. Ressalta a importância das Ligas Camponesas e o movimento político che-

fiado por Leonel Brizola (nacionalista) como modelo a seguir, pela via da luta armada. Assinala que “muitos que antes acreditavam ser possível resolver os problemas fundamentais do Brasil por meios pacíficos, convenceram-se de que é inevitável recorrer às armas para resolver esses problemas”.

Sua negação ao levante insurrecional das massas está expressa no seguinte parágrafo: “Não é o caminho clássico da greve geral política e da insurreição nas cidades, tal como ocorreu na antiga Rússia, mas a luta armada que, paulatinamente, vai-se estendendo até abarcar a maioria do povo.” Fica clara a mudança de rumo do PC do B e a defesa da luta armada foquista, descartando as lutas grevistas e da guerra civil nas cidades como alternativa para o enfrentamento das massas contra seus exploradores.

Conclui, ainda, que “É para a guerra popular que o povo brasileiro terá que se preparar. Em toda parte, **em especial no campo**, é preciso discutir os problemas da luta armada... O povo brasileiro, unindo as forças em **ampla frente única**, desenvolvendo intensa atuação política e recorrendo às mais variadas formas de luta, estará em condições de conquistar a vitória.”

Conclusões

1. Há uma nítida influência da concepção difundida pela Revolução Chinesa a partir do campo. Desta forma, a orientação do PC do B para a luta contra o imperialismo e a burguesia nacional se deu sobre a base do maoísmo, ou seja, da ênfase na revolução protagonizada pelos camponeses. Menosprezando os princípios do marxismo-leninismo da direção revolucionária do proletariado;

2. O erro na análise de que era o momento de organizar um confronto direto com a ditadura, pois esta se encontrava em seu momento de fortalecimento. Momento que indicava a luta clandestina e não luta armada aberta.

3. O grave erro na formação da ampla frente única com classes estranhas ao proletariado. Já no Manifesto Comunista de Marx e Engels, como em outros importantes documentos escritos por Lênin e Trotsky, estão amplamente expressa que a direção da revolução social cabe ao proletariado em aliança com os camponeses e demais oprimidos.

Nesta edição:

- Onde está a “volta de Zelaya”?
- Perspectivas do próximo governo de Evo

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Onde está a “volta de Zelaya”?

Tudo indica que as esquerdas que empunharam a bandeira de “volta de Zelaya” e “assembléia constituinte” ficaram desorientadas com o vai e vem das negociações em torno da restituição do poder do Estado ao presidente deposto. O golpe ocorreu em 28 de junho e até agora não se tem feito outra coisa senão negociar a volta de Zelaya.

Primeiro, a OEA condenou a destituição inconstitucional do Presidente de Honduras. Segundo, armou-se o diálogo de Costa Rica, coordenado por Oscar Arias. Terceiro, a OEA tentou retomar as negociações fracassadas. Quarto, Obama mandou um representante para reatar a tentativa de acordo. Quinto, Micheletti manobrou da primeira à quarta jogada da OEA, em que se destacaram Estados Unidos e Brasil.

Uma palhaçada sem tamanho! Zelaya pede benção a Obama. Obama o abençoa, mas trabalha para que ocorram as eleições sem que Zelaya bote o chapéu na mesa da presidência. O Brasil apóia a manobra arquitetada por Chávez de Zelaya ocupar a embaixada brasileira. Os Estados Unidos ironizam a jogada, como brincadeira de criança. Micheletti é convencido por Obama a continuar o jogo. Que Zelaya permaneça acampado. Afinal de contas, a Frente Nacional de Resistência (FNR) não tem força para pôr as massas na rua. A grande manifestação do dia 23/9 foi reprimida e logo em seguida não se sustentou. Que deixe o homem mofar na residência improvisada pelo Brasil.

As eleições vão se aproximando. Parece que um acordo sairá. Chega a OEA. Agora, vai. Mas, não vai. Vem o representante norte-americano. Até que enfim o mandão põe os pés em Tegucigalpa. Agora, não tem outro jeito para Micheletti senão assinar um acordo. Assinam. Mas tudo é ambíguo. A volta de Zelaya depende da aprovação do parlamento, como exigia o deposto e como não queria o golpista. O parlamento reconhece sua incompetência e envia a decisão para a Suprema Corte, como queria Micheletti e como rejeitava Zelaya.

O Brasil e aliados pleiteavam a volta de Zelaya antes das eleições, que assim seriam legitimadas. A posse do novo governo seria em janeiro e tudo estaria resolvido. Mas os Estados Unidos e seus aliados, entre eles o negociador da Costa Rica, Arias, compunham com Micheletti para se necessário reempossar o deposto depois das eleições. A função de Zelaya seria a de transmitir o cargo para o vencedor das eleições. Assim, os Estados Unidos montaram a segunda farsa do retorno de Zelaya com o acordo de São José-Tegucigalpa, de 28 de outubro. A primeira foi a mon-

tagem dos termos para um acordo no encontro de Costa Rica, em 10 de julho. Micheletti, então, pediu uma licença, num gesto jocoso combinado com os Estados Unidos. O Departamento de Estado da Casa Branca jogou confete na disposição do governo de fato a ajudar na solução do impasse. Zelaya não teve outra alternativa senão rejeitar compor um governo de “união nacional” com os golpistas, reclamando que seria um golpe dentro do golpe. Em um último esforço, Zelaya, com apoio do Brasil, propôs que os Estados Unidos intercedessem em favor do adiamento das eleições. Soou uma piada. Quebrado pela palhaçada que ajudou a montar contra si, Zelaya emitiu uma declaração de que já não era possível um acordo, de que não queria validar a eleição conduzida pelos golpistas e de que o golpe em Honduras abria um grave precedente no Hemisfério.

Os Estados Unidos destacaram o senador republicano Richard Lugar para anunciar o reconhecimento de Obama das eleições, com ou sem Zelaya. Em seguida, orientaram as manifestações dos fantoches latino-americanos, começando pelo Panamá. Com a lista aberta, Colômbia, Peru e Costa Rica inscreveram-se para apoiar a manobra de Obama. Havia constituído o segundo vagão do comboio, a adesão do Canadá.

A decisão da OEA de obrigar Micheletti a restituir o poder ao presidente deposto acabou em pastelão.

Desconcertados, os partidários da volta negociada de Zelaya se mostraram melancólicos. É o que indica a declaração de um dos diplomatas: “Os EUA poderiam ter resolvido essa situação com um gesto, podiam ter tirado seu embaixador de Honduras, cortado a ajuda, se Zelaya não fosse restituído”. (O Estado, 29/11). Ao que os gringos responderam: “Sempre fomos condenados por intervir demais, e agora criticam nossa falta de intervenção”.

Grosseira e ridícula ironia: os Estados Unidos entrevistaram o tempo todo e decidiram que Zelaya não voltaria antes da apuração das eleições.

Finalmente, encerra o último capítulo da encenação. No dia 1º de dezembro, Zelaya declara que sua volta somente seria possível com a anulação das eleições e a contagem de um novo tempo para compensar o perdido com a espera de um acordo. No dia 2, o Congresso decide por esmagadora maioria que Zelaya não volta. A FNR mostrou-se impotente para sitiar os golpistas. Morria a esperança de que o Partido Nacional, do novo presidente, restituiria a presidência a Zelaya como um gesto de

reconciliação. O presidente eleito três dias antes argumentou que Zelaya não reconheceu as eleições e advogava sua anulação.

Posição da Frente Nacional de Resistência (FNR)

A FNR é dirigida por zelayistas. Não só defende a volta do presidente deposto como o apóia em função de sua aproximação com a política nacionalista de Hugo Chávez. A burocracia sindical e os politiquês do Partido Liberal manejaram todo tempo as manifestações no sentido de trazer Zelaya a qualquer custo. Nenhuma medida de greve geral foi tentada. Para as centrais sindicais, quanto mais a FNR canalizasse o movimento para ações pacíficas e mais o colocasse na defesa da solução institucional, melhor seria para se obter a volta de Zelaya. As mobilizações serviram de apoio às negociações da cúpula zelayista com a OEA, sediada na embaixada brasileira. Zelaya não fez outra coisa senão pedir negociação e pacificação.

Parte das correntes de esquerda não chavistas e que se pronunciam pelo marxismo foi arrastada pela linha da FNR, em torno da volta de Zelaya e convocação de uma Constituinte.

Lembremos que o parlamento, o judiciário e as Forças Armadas se uniram para desfechar o golpe contra a iniciativa de realizar uma consulta popular, juntamente com o processo eleitoral, sobre a convocação de uma Constituinte. A oligarquia hondurenha, servil aos Estados Unidos, agiu no sentido de barrar o avanço do bolivarianismo no seio do Estado.

A justificativa de que Zelaya se preparava para um segundo mandato constituiu uma farsa a fim de dar uma aparência constitucional ao golpe. A ninguém é desconhecido que o governo norte-americano sabia da operação de remoção de Zelaya e apoiou nos bastidores. A forma acintosa e atabalhoada como o Presidente foi deportado obrigou Obama a admitir que era uma saída anticonstitucional. A partir daí, o imperialismo tratou de manobrar uma volta sem volta.

O problema para o movimento de combate ao golpe estava em que a rede diplomática via OEA condicionou a bandeira de restituição do poder a Zelaya. O presidente deposto nela se enredou, sabendo claramente que por cima da OEA mandam os Estados Unidos.

O que fez a FNR? Envolveu-se no emaranhado com sua bandeira de volta de Zelaya e Constituinte. Chegou a participar de algumas reuniões promovidas pelo emissário de Obama, que concluiu com o fraudulento acordo de São José-Tegucigalpa. Deixou de participar por não concordar com os termos da volta sem a Constituinte. Mas Zelaya já havia cedido desde o começo às traquinagens do Obama-Micheletti. A ala esquerda da FNR não lutou para que rompesse com Zelaya e ganhasse independência política. A FNR foi mantida como uma frente zelayista.

As mobilizações, enfrentamentos com o exército, mortes e prisões não abriram os olhos dos dirigentes – como Juan Barahona e Rafael Alegria – de que subordinar a luta contra os golpistas à volta de Zelaya significava participar da farsa conduzida pelo imperialismo e coadjuvada pelo Brasil etc. A esperança de que no parlamento poderia se obter a vitória política da volta de Zelaya indicou a falta de independência da FNR diante da disputa interburguesa camuflada pelo conteúdo da democracia e do golpismo. Por sua vez, a ala esquerda da FNR, que critica e rechaça o acordo de São José-Tegucigalpa, que enfatiza o boicote às eleições e que colide com a direção ligada ao partido Libe-

ral, não foi capaz de romper com a bandeira de volta de Zelaya, mesmo quando a farsa estava mais do que evidenciada com a intervenção direta dos Estados Unidos.

Não compareceu no seio da FNR e do movimento uma organização que denunciasse a estratégia fraudulenta de volta de Zelaya e empunhasse a estratégia de um governo das massas exploradas, ou seja, do governo operário e camponês (ditadura proletária). A ausência do partido revolucionário em Honduras é o principal problema.

As divisões interburguesas e a crise decorrente abriram caminho para a defesa do programa da revolução, ao qual estão subordinadas as bandeiras democráticas que emergem dos acontecimentos conjunturais. Tratava-se de propagandear e agitar a estratégia proletária no seio dos trabalhadores e da juventude iludidas pela direção da FNR.

Os primeiros embates contra os golpistas mobilizaram uma importante parcela da população. A entrada clandestina de Zelaya no País e o cerco militar à embaixada brasileira reacenderam a luta. Mas o vai e vem diplomático e as negociações se superpuseram às mobilizações. A FNR foi se enfraquecendo. Diante da fraude do acordo São José-Tegucigalpa, a resistência nada pôde fazer, já estava esvaziada.

As eleições cercadas da propaganda do imperialismo põem fim à bandeira de volta de Zelaya. Haverá uma campanha pelo reconhecimento do novo presidente, Porfirio “Pepe” Lobo, do Partido Nacional. Os zelayistas denunciaram a “ilegitimidade” e a farsa eleitoral.

O que farão depois da posse do novo governo? Zelaya protestou que foram às urnas somente 40% dos eleitores. A bandeira de anulação do pleito vem da voz de um morto. Uma pataquada. Com o Congresso mantendo o golpe e com as eleições realizadas, aventa-se a hipótese de um exílio para Zelaya. Mas nada impede que o destituído e vilipendiado presidente se disponha a negociar uma saída pacificadora, caso o Pepe resolva apagar sua participação no golpe, apresentando-se como governo de unidade nacional. Legitimidade e ilegitimidade é um problema burguês, que já não tem sentido para a pendenga.

O governo brasileiro manterá sua função negociadora. Pepe já fez o aceno de que quer reatar com o Brasil. E o embaixador brasileiro deu sinal positivo. Que o novo governo se dirija à OEA. O que poderá implicar algum acerto sobre o destino de Zelaya. O não categórico de Lula quanto ao reconhecimento das eleições é retórico.

A FNR deixou de cumprir o dever revolucionário de rechaçar a intervenção do imperialismo e da OEA em seu conjunto.

No Brasil, o centrismo (PSTU), por meio da LIT, o reformismo pequeno-burguês (PSOL) ecoaram a crise hondurenha, agarrados à bandeira de volta de Zelaya. Reproduziram com reparos a linha da FNR. Não puderam defender o rompimento da FNR com as manobras da OEA e dos Estados Unidos. Permaneceram agarrados a “uma frente única pela volta de Zelaya”.

A experiência de Honduras serve para mostrar o oportunismo da esquerda centrista e seu seguidismo às pressões das frações burguesas. Não poderiam dizer: nenhuma interferência da burguesia latino-americana e do imperialismo! Que a FNR rompa com Zelaya e denuncie a palhaçada dos acordos! Derrubar os golpistas pela via da ação direta! Constituir um governo revolucionário, operário e camponês!

Perspectivas do próximo governo de Evo

Nós bolivianos já estamos comprovando que não é a origem de um dirigente que define o conteúdo de classe de um governo.

A sociedade se caracteriza por determinadas relações de produção que se estabelecem entre os homens no processo da produção, ou seja, no trabalho.

A estrutura econômica da Bolívia é a de um país capitalista atrasado. A coluna vertebral da economia é a produção de matérias-primas para o mercado mundial, fundamentalmente gás, minerais e alguns produtos agropecuários e florestais como a soja e a madeira. Este setor nos torna parte da economia capitalista mundial e é controlado pelas empresas multinacionais, o Estado burguês e alguns poderosos empresários privados subordinados ao imperialismo.

O resto da economia se desenvolve no atraso, com pequenos meios de produção, com a propriedade de pequenos produtores: camponeses minifundiários, artesãos, microempresários, pequenos comerciantes, pequenos contrabandistas etc. etc.

Quem leva a parte do leão de tudo o que se produz? Os grandes proprietários, isto é, as empresas multinacionais, os donos das minas, os latifundiários, os banqueiros, os grandes comerciantes, as quadrilhas de políticos que roubam o Estado etc.

Todos eles são os opressores, os exploradores das classes trabalhadoras.

Para se libertarem, os explorados têm de destruir estas relações de produção existentes, ou seja, as relações burguesas – de outro modo não pode haver mudança alguma na base econômica - e impor, pela via insurrecional - não através das urnas democraticamente como nos querem fazer acreditar o MAS -, novas relações de produção que permitam que a riqueza que se produz com o trabalho não fique nos bolsos da minoria burguesa exploradora, mas que seja distribuída ao conjunto da sociedade em função das suas necessidades.

O poder dos exploradores está na propriedade que têm sobre os grandes meios de produção e na exploração dos proletários (operários que trabalham por um salário para o patrão). Assim percebemos por que é necessário acabar com a grande propriedade privada burguesa e estabelecer a propriedade social sobre os meios de produção. Recuperar o controle total dos recursos naturais por parte do Estado, estatizar a indústria, os bancos, o grande comércio, superar o atraso industrializando o campo e as cidades, superar a miséria extrema do pequeno produtor camponês apesar de seu enorme esforço no trabalho, organizando grandes unidades agrícolas de propriedade comunitária (fazendas coletivas) com meios modernos de produção e apoio do Estado. Algo similar nas cidades com os pequenos produtores.

Para isto, nós explorados devemos derrubar a burguesia do poder e instaurar um governo da maioria explorada, que

só pode ser o governo operário e camponês. O Estado deixará então de ser o instrumento de imposição da vontade dos exploradores, para converter-se em instrumento dos oprimidos para submeter e expulsar aos opressores (ditadura proletária). A função correspondente da classe operária é a de dirigir politicamente o conjunto da nação oprimida. É a única classe que não possui meio de produção algum, exceto seus braços, que produz socialmente na mina, na fábrica, na fazenda e, portanto, a única que pode levar adiante, até suas últimas conseqüências, a destruição da propriedade privada burguesa.

O governo do MAS, que por momentos se reclama como um governo camponês, não cansa de deixar claro perante a burguesia e ao imperialismo que não é comunista, que preserva a propriedade privada burguesa e todas as formas de propriedade, que é a melhor garantia de estabilidade social para os investimentos e os negócios capitalistas. Toda sua campanha eleitoral foi dirigida nesse sentido para ganhar a confiança da burguesia e particularmente da mais reacionária: a agroindustrial do oriente e a “Meia Lua”.

Todo isto nos permite assinalar que o próximo governo do MAS será mais pró-burguês e anti-operária que o atual. Se ganhar com vantagem suficiente para controlar as duas Câmaras do Parlamento, já não terá pretexto para dizer que a oposição o boicota, desenvolverá uma política abertamente pró-burguesa e chocará com as reivindicações das masas que, em que pese a evidência do caráter conservador e reacionário do reformismo masista, todavia se aferram na ilusão de que o indígena Evo poderá atender mais para frente suas reivindicações fundamentais e não apenas os paliativos que definitivamente não resolvem nada. As nações nativas exigiram instintivamente seu direito a autodeterminação através das autonomias indígenas e as tendências bairristas, próprias do atraso secular do campo, agravaram os conflitos entre comunidades, entre regiões e com as cidades.

Os oportunistas de todo tipo que formaram o MAS: caciques camponeses corruptos, esquerdistas degenerados, fugitivos vindos dos partidos tradicionais de direita, burocratas sindicais ambiciosos, indigenistas que só almejam poder e riqueza e agora os bandidos de aluguel, assassinos dos collas (indígenas da região de La paz e El Alto) que foram se encostando no MAS, arrastaram o governo masista irremediavelmente ao charco da corrupção.

Para preservar os interesses gerais da burguesia e de seus “sócios”, as multinacionais, o MAS, assim como o MNR no passado, acabará se endireitando, amparando-se no imperialismo e reprimindo aos explorados, incluindo os próprios cocaleiros que se colocam contrários à erradicação com “controle social”.

(Extraído do jornal Masas Boliviano nº 2153, de 27/11/2009)